



Faculdade De Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso: Licenciatura em Sociologia

Título:

“Empoderamento económico das mulheres e Relações conjugais”: Um estudo sobre percepções sociais dos homens no Belo horizonte, distrito de Boane.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Autora:

Glória João Sigauque

Supervisor:

Baltazar Muianga, Phd

Maputo, Fevereiro de 2026



Faculdade De Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Curso: Licenciatura em Sociologia

“Empoderamento económico das mulheres e Relações conjugais”: Um estudo sobre percepções sociais dos homens no Belo horizonte, distrito de Boane.

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Autora:

Glória João Sigauque

O Júri:

Supervisor

O (A) Presidente

O (A) Oponente

Maputo, aos ____ de ____ de 2026

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro, por minha honra, que esta Monografia nunca foi apresentada, parcial ou integralmente, em nenhuma Instituição do Ensino Superior para obtenção de qualquer grau académico. Afirmo que a mesma resulta da minha investigação, levada a cabo conforme as referências bibliográficas e métodos apresentados no relatório.

Maputo, Fevereiro de 2026

Glória João Sigauque

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória da minha querida mãe, Justina Francisco Muianga. Sinto que, de onde estas, continuas a olhar por todos nós. Dedico também este trabalho ao meu pai, João Valente Sigauque, ao meu parceiro e aos meus irmãos, pelo apoio incondicional e por tornarem a realização deste sonho possível.

AGRADECIMENTOS

“Por isso, vos digo que tudo o que pedires, orando, crede que recebereis e tê-lo-eis.” (Marcos 11:24)

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tudo quanto tem feito na minha vida e na vida da minha família. Obrigada, Senhor, por iluminar o meu caminho; na tua infinita misericórdia, sempre tens olhado por mim e até aqui me ajudaste.

À minha Mãe, que hoje me acompanha lá de cima: sei que sempre olhas por mim e que te sentes orgulhosa da mulher em que me tornei. O teu amor continua a ser o meu guia.

Ao meu supervisor, Dr. Baltazar Muianga, expresso a minha profunda gratidão pela disponibilidade, dedicação e pelo estímulo constante. Obrigada pela orientação, pela paciência e pelas críticas construtivas que permitiram superar dificuldades e concretizar esta pesquisa.

Ao corpo docente do Departamento de Sociologia, agradeço pelos ensinamentos partilhados. Foi uma honra fazer parte deste departamento.

Ao meu parceiro, agradeço pelo apoio incondicional, por acreditar no meu potencial e por estar sempre ao meu lado.

À minha irmã, Mónica Sigauque, pela presença constante e por todo apoio em cada etapa, o meu muito obrigado.

À minha colega Victória De Deus, a minha “metade”: obrigada por sermos o suporte uma da outra em todos os momentos da faculdade. Aos colegas António Tualo e Violeta Mondlane, agradeço pelo companheirismo nesta caminhada.

Aos meus familiares e amigos, que me apoiaram nesta jornada, o meu reconhecimento. Por fim, agradeço aos homens entrevistados, que deram o seu contributo essencial para a pesquisa, tornando este trabalho uma realidade.

Resumo

A presente pesquisa, intitulada “Empoderamento económico das mulheres e Relações conjugais: Um estudo sobre percepções sociais dos homens no Belo Horizonte, distrito de Boane”, analisa como a ascensão financeira feminina é percebida pelos parceiros no contexto matrimonial. O problema central reside na tensão dialéctica entre a autonomia económica das mulheres e as expectativas tradicionais que definem a identidade masculina como provedora. Ancorado na teoria da Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann, o estudo defende que tais percepções não são naturais, mas construídas socialmente através da interacção e da linguagem. Em termos metodológicos, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso como método de procedimento. A recolha de dados foi efectuada através de entrevista semiestruturada com uma amostra 12 homens casados, com idades entre 29 e 50 anos, porque pela qualidade qualitativa da pesquisa, este número permitiu captar a diversidade de significados e a “tensão latente” entre a cultura patriarcal e a autonomia feminina, garantindo informações necessárias para responder aos objectivos específicos do estudo. Para o tratamento das informações, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelam que os homens constroem um quadro complexo de significados onde, embora reconheçam a renda feminina como uma “ajuda” necessária face ao custo de vida actual, persistem mecanismos subtis de manutenção da dominação masculina. Observou-se a utilização de estratégias como a segregação de actividades por género para preservar espaços de autoridade. Conclui-se que, apesar das novas dinâmicas socioeconómicas, as estruturas de poder tradicionais no casamento ainda não foram totalmente eliminadas, coexistindo com uma aceitação pragmática do empoderamento feminino.

Palavras-chaves: *Percepções sociais, Relações conjugais e Empoderamento económico.*

Abstract

The present research, titled “Women’s Economic Empowerment and Marital relations: A study on the social perceptions of men in Belo Horizonte, Boane District, “analyzes how the financial advancement of women is perceived by their partners within the matrimonial context. The central problem lies in the dialectical tension between women’s economic autonomy and the traditional expectations that define masculine identity through the role of the provider. Anchored in Berger and Luckmann’s theory of the Social Construction of Reality, the study argues that such perceptions are not natural but socially constructed through interaction and language. In methodological terms, a qualitative approach was chosen, utilizing the case study as the procedure method. Data collection was conducted through semi-structured interviews with a sample of twelve married men, aged between 29 and 50, given the qualitative nature of the research, this number allowed for capturing the diversity of meanings and the “latent tension” between patriarchal culture and female autonomy. For data processing, the content analysis technique was applied. The results reveal that men construct a complex framework of meanings where, although they recognize female income as a necessary “help” given the current cost of living, subtle mechanisms for maintaining male dominance persist. The use of gender-based activity segregation strategies to preserve spaces of authority was observed. The study concludes that, despite new socioeconomic dynamics, traditional power structures in marriage have not yet been fully eliminated, coexisting with a pragmatic acceptance of female empowerment.

Keyword: *Social perception, Marital relations and Economic empowerment.*

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Introdução	1
Capítulo I. Da Revisão de Literatura á Problemática	6
1.1. Igualdade de género, uma ferramenta para o empoderamento do género feminino	6
1.2. Organizações não-governamentais, género do empoderamento das mulheres	9
1.3. Luta de libertação nacional de Moçambique, versos empoderamento da mulher	12
1.4 Problema de pesquisa	13
Capítulo II. Enquadramento Teórico e Conceptual	13
2.1 Teoria da construção social da realidade	14
2.2 Enquadramento Conceptual	16
2.3. Empoderamento	17
2.4 Percepção social	19
2.5.Relações conjugais.....	19
Capítulo III. Procedimentos Metodológicos.....	21
3.1.Método de pesquisa.....	21
3.2. Método de procedimento.....	21
3.3. Técnica de recolha de dados.....	21
3.4 Técnica de análise de dados	22
3.5. População	23
3.6. Critérios de escolha dos participantes	23
3.7. Questões Éticas	24
Capítulo IV. Apresentação e Interpretação de dados da pesquisa.....	25
4.1Campo de Análise	25
4.2 Perfil Sociodemográfico dos entrevistos.....	26
4.3. Percepções Sociais sobre as Mulheres Empoderadas Economicamente.....	27
4.3.1. A renda feminina como mais-valia	27
4.3.2 Renda mensal feminina: um “mal necessário” na família.....	29

4.3.3 A liberdade económica da mulher não diminui o valor da masculinidade	32
4.4 Experiências no casamento onde a mulher tem autonomia financeira.....	33
4.4.1 Transformação na distribuição de poder e responsabilidades	34
4.4.2 O Constrangimento e adaptação na gestão de dois provedores.....	35
4.5 Estratégias de construção de espaço de autonomia e decisão	37
4.5.1 Segregação de actividades em função do género	37
4.6 Significados do emponderamento económico feminino no quotidiano conjugal	39
4.6.1 Ameaça ao prestígio masculino e ao tradicionalismo	40
4.6.2 O discurso da ajuda como mecanismo de mediação simbólica.....	41
Considerações Finais	43
Bibliografia	45

Introdução

Historicamente, os papéis da mulher na sociedade, ao longo da história, as mulheres desde os primórdios da formação da sociedade foram marcados pela submissão do homem. Desde os primórdios das formações sociais, o género feminino era considerado “frágil”, dependendo do homem para a sua sobrevivência. Esta divisão tornou-se mais notório no período Neopolítico (entre 8.000 a.c. e 4.000 a.c.), quando a produção de alimentos e o trabalho braçal pesado ficaram sob responsabilidade masculina. À mulher, reservou-se o espaço privado, a reprodução e os cuidados domésticos - práticas que se estendem até a actualidade, embora a dinâmica social contemporânea prove o contrário (Martins 2010).

O empoderamento feminino encontrou marcos importantes na história, como a reforma Protestante no século XVI, que iniciou movimentos de protagonismo por justiça social (Frabraxis, 2017). Segundo organizações das Nações Unidas, o papel da mulher sofreu modificações profundas resultantes de factores culturais, religiosos, políticos governamentais e crises impostas pela ordem micro e macro económica. Essas dinâmicas desafiaram a mulher a sair da esfera privada para a pública, ou seja, com as novas dinâmicas sociais a mulher deixa de ser a dona de casa, cuidando das actividades domésticas no geral, e lança-se ao mundo, procurando envolver-se de forma irreversível nas actividades, conquistando cada vez mais direitos e caminhar em espaços que antes foram dominados pela classe masculina. Este processo denomina-se empoderamento feminino (ONU,2011).

Nesse contexto, segundo a Organização das Nações Unidas, um dos campos abrangidos foi o mercado de trabalho, pois enquanto outrora a mulher não podia ter seu cadastro de pessoa singular, após os movimentos socioeconómicos que visam a valorização feminina, as mulheres conquistam direitos de vária ordem, dos quais destaca o direito de trabalho.

O mesmo órgão internacional, em 2015, levou a cabo uma pesquisa e constatou que as mulheres estão em números mais elevado nas escolas que os homens, pois enquanto elas passam em média 10,7 anos estudando, eles levam 9,17 anos. Estes dados revelam que existe uma mudança significativa na classe feminina, razão pela qual, as mulheres ocupam espaços de grande relevância na administração pública (ONU, 2011).

Em Moçambique, e desde a época colonial, o debate sobre o poder das mulheres sempre se associou à sua presença e participação nas dinâmicas culturais, sociais, económicas e políticas que acompanham o país. Ao longo desse período, a mulher esteve ligada a realizações no espaço privado e no apoio à comunidade. Durante o regime colonial, as mulheres identificam-se com trabalhos que visam à garantir a sustentabilidade familiar, praticando agricultura de subsistência e reservando aos homens a participação, com o seu braçal, na concretização dos projectos coloniais. (ONU,2011)

Para Casimiro (2004), manifestações do empoderamento da mulher, fazem-se sentir desde o regime colonial, sobretudo no engajamento do sexo feminino na luta de libertação nacional que teve início em 1964. De referir que a partir de 1965, um grupo de mulheres camponesas solicitou treino militar à frente de libertação nacional de Moçambique (FRELIMO), com o objectivo de defender a nação. Esta iniciativa resultava da ausência dos homens, particularmente na região sul do país, devido à migração destes para as minas da África do Sul, em consequência disto, a maioria das famílias era constituído por velhos, crianças e mulheres que assumiram o papel de chefes de família. (Casimiro,2024)

Em 1973, a FRELIMO convocou uma conferência das mulheres para discutir estratégias de emancipação feminina e, nessa mesma ocasião, fundou a organização das mulheres Moçambicanas (OMM). Esta organização foi definida como uma organização de base da FRELIMO e, por conseguinte, devia ou deve seguir sua orientação política. O seu papel era ou é trabalhar pelo empoderamento feminino, o que consistia em envolver mulheres nas tarefas da Revolução e fazer com que elas conhecessem a filosofia da política do futuro partido e governo (Casimiro, 2004).

Afonso (1994) & Loforte (2000) avançam que, nos finais dos anos 80 e início da década 90, o país conheceu uma avalanche de organizações não-governamentais e voluntárias, o que culminou com a aprovação da segunda constituição (1990), que consagrou o direito à associação (art.79), e da aprovação da lei 8/91 sobre a liberdade de associação. As organizações de mulheres do tipo voluntário, fora das redes domesticam ou familiares, das quais se destacam a: AMODEFA (Associação Moçambicana para a Defesa da Família), 1989; ACTIVA (Associação das Mulheres Empresarias e Executivas), 1990; AMRU (Associação da Mulher rural), 1991; ADOCA (Associação das Donas de casa), 1992; MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento), 1991; e

fórum Mulher – coordenação para Mulheres no Desenvolvimento, 1993 e WLSA (Women and Law in Southern Africa Research Trust). Este projecto, envolveu inicialmente seis países da África Austral. Foi com o projecto WLSA Moçambique que, na década de 90, varias acções no âmbito de investigação abriram um espaço de debates no que respeita os direitos humanos, com enfoque na inserção da mulher na gestão da coisa publica e de liderança. A presença das mulheres na cena governativa é o fruto das batalhas e da consciência colectiva de necessidade do seu engajamento (Afonso, 1994; Loforte, 2000).

Com vista a observar a promoção e avanços no que tange à mulher e igualdade de género, em 1995 nasce o Ministério da Mulher Coordenadora da Acção Social (MMCAS), com nova roupagem, em 2015, para Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS). Este ministério passou a ser a instituição do estado e governo com responsabilidade de dirigir, executar e implementar políticas que visam a promover a igualdade de género no país. No âmbito destas responsabilidades do Ministério, a Direcção Nacional da Mulher (DNM) assume a responsabilidade de traçar itinerário de definição e promoção de programas de apoio, visando o empoderamento das mulheres, através da coordenação de programas sensíveis ao género.

A política de Género e Estratégias de Implementação (PGEI) foi promulgada em 2006 pela mesa redonda de Ministros. A PGEI é alicerce legal para garantir a implementação das políticas de género nos diferentes sectores do Governo. Para Osório e Silva (2008), a PGEI mostra-se como base que contribui significativamente para a redução das desigualdades de género e promover uma mudança na forma de pensar, de modo a dirimir as desigualdades existentes na arena social, económica, política e cultural.

Por sua vez, o Plano Quinquenal do Governo (2015- 2019), através do seu programa de actividades, estimula a protecção, a promoção e o empoderamento das mulheres como prioridades para o desenvolvimento económico e social do país. Declara, também, que o capital humano e social é um alicerce importante para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e sustentável de Moçambique. Neste âmbito, foi lançado em 2019, pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social, o Programa Nacional de Empoderamento Economico da Mulher (PROMULHER), que tem como foco impulsionar e desenvolver o empreendedorismo, acesso a bens e serviços, mercado de emprego e que abre espaço para a igualdade de direitos e oportunidades económicas entre ambos os géneros. De salientar que a aprovação destas leis foi

acompanhada por uma avalanche de participar das mulheres no acesso a educação e emprego, razão pelo qual Moçambique, nos últimos anos há um número significativo de mulheres em cargos que envolvem tomada de decisões a nível nacional e local, conforme mostram as evidências na Assembleia da República em alguns, ministérios, secretariado do estado, entre outros campos da administração do país (ONU,2015).

A presente pesquisa teve como foco os homens casados oficialmente ou maritalmente, com o objectivo de compreender as percepções sociais que os mesmos têm em torno das mulheres empoderadas nas relações conjugais.

A pesquisa foi feita no Bairro Belo Horizonte, distrito de Boane, onde há homens de vários pontos do país, facto este que ajudou a compreender melhor o fenómeno tendo em conta os vários contextos sociais e culturais existentes.

O interesse em investigar sobre as percepções sociais dos homens casados com mulheres empoderadas economicamente, foi motivada pela ausência de produção científica neste âmbito. Desta forma, a ausência de debate em torno desta temática instigou-nos a pesquisar sobre as percepções dos homens em torno das mulheres empoderadas nas relações conjugais.

A escassez de pesquisa do género suscitou, de igual modo, a curiosidade de buscar compreender está realidade num contexto na qual existem resquícios fortes de cultura enraizada na dominação masculina na província de Maputo.

Nesse sentido o estudo mostra-se relevante para a Sociologia na medida em que visa a captar significados e simbologias que os homens têm em relação à mudança de paradigma que vem a dominar há muitos anos atrás e que lhes confere poder, *status* e vantagens na vida conjugal, no campo científico com ênfase na sociologia da família. A pesquisa irá munir este campo de saber com novas ferramentas na arena de empoderamento feminino e, para a sociedade no geral, terá uma forma diferente de ver a realidade social e abdicar de juízos de valores.

Os procedimentos metodológicos são baseados no método de pesquisa qualitativa, coadjuvado com o estudo de caso como método de procedimento e abordagem. Definiu-se a técnica de entrevista semiestruturada para efeitos de recolha de dados, e a análise de conteúdo para melhor interpretação dos dados captados. A amostra é composta por doze (12) senhores casados com

mulheres empoderadas economicamente, com idades compreendidas entre 35 e 55 anos de idade, escolhidos minuciosamente, em função dos objectos de pesquisa e o tratamento de cada um dos intervenientes da pesquisa. O tratamento de cada um dos intervenientes vai observar os aspectos éticos que norteiam as pesquisas sociais, respeitando a identidade e integridade destes.

Temos como objectivo geral, compreender as percepções sociais que os homens têm sobre as mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais, e para alcançá-los temos como objectivos específicos, descrever as percepções sociais dos homens sobre as mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais; descrever experiências em relações conjugais onde a mulher tem autonomia económica; identificar as estratégias de construção de espaço de autonomia e participação na tomada de decisão no casamento, onde a mulher tem autonomia financeira; e, por fim, explicar os significados que os homens atribuem o empoderamento económico feminino no quotidiano das relações conjugais.

Em termos teóricos, optamos por apresentar a Teoria de Construção Social da Realidade defendida por Peter Berger e Thomas Luckmann que defendem que a realidade que nós percebemos na vida quotidiana não é algo objectivo e dado, mas sim um produto da interacção humana e da comunicação.

O trabalho compreende a seguinte estrutura: apresenta a introdução do trabalho e seus objectivos. Em seguida, no primeiro capítulo, consta a revisão da literatura que alberga o contributo de vários autores em torno da temática em causa. Ainda neste capítulo apresentamos a problemática avançada. No segundo capítulo dispomos das teorias de base do nosso trabalho e respectivos conceitos, que servirão de suporte para o estudo. No terceiro capítulo apresentamos o quadro metodológico, onde demonstramos as técnicas que servirão de base para a efectivação da pesquisa. O quarto capítulo é constituído pela apresentação e interpretação de dados da pesquisa. No quinto capítulo estão as considerações finais e por último as referências bibliográficas.

Capítulo I - Da Revisão de Literatura à Problemática

Feita a revisão de literatura, constatou-se três abordagens que discutem em torno do empoderamento feminino, onde a primeira abordagem procura revelar o empoderamento feminino no contexto Moçambicano através do seu engajamento na luta de libertação nacional, onde, para Loforte & Casimiro (2006), o envolvimento feminino das mulheres na linha da frente despertou a capacidade cognitiva que tanto lhes foi negada pelo sistema dominante. Já a segunda abordagem é defendida pelos autores tais como Zimba (2012) & Andrade (2019), esta argumenta que o tratamento igual dos direitos dos homens e mulheres mostra-se trampolim para lograr o almejado empoderamento das mulheres nas nações. E, por último, Regina e Pinto et al (2018) defendem a tese, na qual a massificação de organizações de sociedade civil e não-governamentais feministas abrem espaço para o empoderamento das mulheres.

Estas abordagens abrem espaço para a compreensão do debate levado a cabo em torno do empoderamento da mulher, desde a sua génese até ao estágio actual.

1.1. Igualdade de género, uma ferramenta para o empoderamento do género feminino

Esta abordagem defende a tese pelo qual o olhar igualitário dos direitos dos homens e mulheres, observadas de forma transparente, justa e acertada, concorre significativamente para se lograr o almejado empoderamento feminino. Com seguintes autores em destaque: Andrade (2006) & Tvedten, Paulo, Montserrat (2008).

Para Andrade (2006), na sua obra intitulada *igualdade de género*, debruça-se sobre a emancipação das mulheres com ensino superior e trabalho renumerado. Ao analisar as relações de género no seio familiar, o estudo focou-se nas mulheres, tendo constatado que, tanto a masculinidade assim como a feminilidade constroem-se mutuamente, que seus parceiros são possuidores de masculinidades sensíveis a necessidade da igualdade de género.

Na visão dos autores tais como Tvedten, Paulo e Montserrat (2008), ao desenvolver um estudo em torno das políticas de género e feminização da pobreza em Moçambique, com objectivo geral de compreender a “simplicidade” ou “essencialização” das políticas de género, impulsionadas

pela globalização, concluíram que, não obstante a nação moçambicana ser signatária de acordos internacionais sobre igualdade de género e o empoderamento da mulher estar incluído na estratégia da nação na mitigação da pobreza, as consequências desta política sobre o empoderamento das mulheres suscitaram uma mudança no âmbito sociocultural patriarcal enraizada. Por conseguinte, verificou-se a fraca implementação dentro das instituições do estado, e o fraco envolvimento das mulheres.

Contudo, as conclusões dos autores em debate levam-nos a refutar a ideia de pobreza feminizada em Moçambique, na medida em que, existe um quadro complexo, com diferenças na igualdade de género e no empoderamento da mulher em diferentes sectores da nação, quer seja áreas urbanas e rurais, classe social e grupo *etnolinguísticos*. O que desafia a compatibilidade plena de organização dos princípios universais de igualdade de género.

Em seu turno, Teles (2009), na sua obra com o tema: *Género e direitos humanos em Moçambique* seguindo a mesma linha de pensamento com Tvedten et al. (2008), ao analisar as políticas e programas de promoção da igualdade de género e do empoderamento da mulher na nação Moçambicana, revela a existência de numerosas instituições criadas com objectivo de efectivar a materialização destes princípios, assentes na promoção dos direitos humanos.

Ainda na visão de Teles (2009), mostra que a construção dos direitos baseados no género feminino assenta em três designações: universalidade, equidade e participação, em desajuste e instabilidade. Porém, os dois elementos são os mais enfatizados enquanto estratégia de integração do género feminino. A autora em causa apresenta as fragilidades de cada elemento, conforme revela a seguinte citação: “*o próprio sistema de protecção dos direitos da mulher, como vimos, também carece de um maior equilíbrio entre os elementos que compõem. A terceira base de sustentação e participação encontra-se, pois, fragilizada, ilustrada pela média de anos de promulgações neste campo e pelo número de conceitos que constituem o eixo, o que nos leva a reflectir sobre o lugar e a forma como instituições transnacionais, governos e movimentos sociais elegem e elencam suas escolhas e estratégias* (Teles, 2009, p. 45) ”.

Nesta pesquisa a autora, conclui que a possibilidade de a mulher decidir sobre seu corpo, sua vida, de contribuir efectivamente para o seu grupo de pertença, com actuação ao nível do país e

além-fronteiras, e nas diversas esferas da vida social, constitui um desafio ainda por superar (Teles, 2009).

No que tange o empoderamento das mulheres, Moreira e Colaboradores (2012) apud Costa (2007) argumentam que a falta de autonomia das mulheres constitui um “calcanhar de Aquiles” em sociedades predominantemente masculinas. Neste sentido, o empoderamento feminino deve ser aprimorado no que diz respeito ao tradicional predomínio de homens sobre mulheres, garantindo que as mulheres conquistem autonomia sobre seus próprios corpo, sexualidade e demais escolhas de vida.

Na mesma senda de ideias, Rezo e Pizane (2013) argumentam que o processo da cidadania do sexo feminino registou nuances de diversas ordens, justamente porque estes sempre tiveram barreiras de vária ordem, com ênfase na exclusão na esfera pública. O que propicia dificuldades para o desenvolvimento e aproveitamento de suas capacidades cognitivas. Este trabalho irá descrever as percepções, representações e posicionamentos face a uma relação conjugal onde a mulher reúne o poder de compra. As abordagens supracitadas vão ao encontro dos objectivos traçados na pesquisa sobre a relação entre o empoderamento feminino e a liderança, um tema bastante actual e relevante.

Um número significativo de autores que pesquisam sobre o feminismo no âmbito de género comunga da visão na qual a mulher sempre trabalhou. Estes ressaltam que faltava a valorização do seu trabalho pelo sistema patriarcal. A não valorização do trabalho das mulheres pela ala machista encontra justificação no facto de julgar que as mulheres não saberiam conciliar o trabalho e a criação dos filhos, por isso são banidas da participação no mercado de trabalho. Embora, na visão dos autores, os trabalhos domésticos ocorram na base da reconciliação do trabalho e os cuidados das crianças, estas barreiras têm uma função latente que consiste em perpetuar a dominação masculina nas relações conjugais. Porém, as novas dinâmicas socioeconómicas forçam o sistema patriarcal, de forma subtil, ao envolvimento das mulheres no mercado de trabalho (Bruschini, 2008; Alves e Corrêa, 2009).

Consciência colectiva é nestes moldes segundo o autor que a mulher em particular através do trabalho se configura como um meio de afirmação individual. O que nos remete a reflectir que o trabalho concorre de forma significativa na independência económica deste género.

Para Sarti (2011), o trabalho é uma das obrigações que os elementos que compõem uma determinada família têm por exercer, é através do trabalho que os atores sociais ganham uma consciência colectiva. É nestes moldes, segundo o autor, que a mulher, em particular, através do trabalho se configura como um meio de afirmação individual. O que nos remete a reflectir que o trabalho concorre de forma significativa na independência económica deste género.

Ademias Sorj (2007,) por sua vez defende que o modelo dominante de homem provedor e mulher dedicada aos cuidados da família, de forma lenta e subtil, mostra-se substituível por um modelo no qual homens e mulheres se envolvem no mercado de trabalho, embora os cuidados da família prevaleçam. A abordagem deste autor vem denunciar mais uma vez que a justificativa de impossibilidade de conciliar o trabalho com os cuidados domésticos é uma forma de manutenção de dominação masculina. Estas abordagens concorrem significativamente para aferir ou não a existência de outros mecanismos accionados pela masculinidade que coabita com parcerias economicamente estáveis, na província de Maputo, atendendo em consideração que os valores patriarcais estão enraizados no quotidiano dos homens na administração das famílias.

1.2. Organizações não-governamentais, género do empoderamento das mulheres

A perspectiva acima defende que a massificação de organizações de sociedade civil e não-governamentais feministas propicia o despertar do empoderamento do género feminino na arena social. Seguem os seguintes autores em destaque: Pinto (2001), Amazonas et al. (2003) e Salvador (2012).

Pinto (2001), ao argumentar sobre empoderamento das mulheres na arena social ressalta que as organizações não-governamentais, tiveram um papel preponderante na sensibilização dos governantes das nações, no sentido de desenhar políticas públicas viradas, na inserção da mulher em todas esferas sociais, com vista a garantir novas formas de participação desta minoria social, que outrora foi severamente afectado pela acção patriarcal.

Amazonas et al. (2003), na mesma senda com relação ao empoderamento da mulher revela que teve sua maior notoriedade em algumas mudanças sociais, tais como o ingresso da mulher na escala laboral e na renegociação do significado e valores da paternidade. Nestes moldes, a

mulher ganhou novo figurino na paternidade contemporânea sobre tudo as mulheres de classe média.

Os autores revelam que a consciência colectiva das mulheres na busca da sua autonomia é um instrumento que concorre de forma significativa para a sua efectivação, na medida em que da mesma forma que outrora se atribui poder ao homem e se faz a manutenção e reprodução deste poder através da consciência colectiva deste, pode se aplicar às mulheres. Ainda que os projectos de empoderamento sejam primeiramente elaborados por atores externos, devido as dificuldades para acção espontânea dos sujeitos desempoderados, podem participar de sua elaboração.

Na visão de Pinto (2011) empoderamento das mulheres consiste na conquista da liberdade e de não subordinação, dependência económica e física ou outra qualquer. O autor em debate revela que o feminismo mostra-se uma alavanca para a construção e consolidação de princípios igualitários em todas as esferas sociais de actuação de mulheres e homens, apesar de ainda prevalecer estruturas desiguais de poder.

Na visão Capurchande (2009), na sua pesquisa sobre percepções sociais relacionadas com a participação política de homens e mulheres nos órgãos de decisão, a autora comunga da visão na qual é visível o esforço levado a cabo pelo governo no que tange o empoderamento da mulher na arena política, particularmente, na ocupação de cargos políticos-administrativos. Não obstante, Capurchande (2009), reconhece que as políticas públicas procuram garantir igualdade de género e sua consequente inserção na esfera pública, o seu empoderamento a vários níveis, contudo a almejada igualdade ainda não é efectiva.

A autora em debate revela que os entraves que as mulheres enfrentam no seu dia-a-dia nas relações de produção, no âmbito da esfera política, resultam do facto de o estado Moçambicano apresentar características muito fortes da dominação masculina.

Segundo Rappaport (1995), atribui-se o empoderamento à função de fazer com que as mulheres tenham voz e sejam ouvidas. Segundo o autor, os objectivos do empoderamento são alcançados quando as mulheres descobrem, ou criam, e dão voz a uma narrativa que sustenta as suas próprias histórias pessoais em termos positivos.

Segundo Schlickmenn e Pizane (2013), numa pesquisa conjunta intitulada A participação da mulher no mercado de trabalho, estes autores constataram que o empoderamento feminino foi ganhando nova dinâmica com o decorrer do tempo. Ou seja, o papel da mulher abdicou-se de se identificar taxativamente como a dona de casa com responsabilidades de zelar pelos filhos, esposo e casa, e mostrou-se a participar activamente da população economicamente activa, passando deste modo a colaborar na renda familiar. Na mesma senda de ideias, Schlickmenn e Pizarro (2013) comprovaram que tanto no ambiente doméstico quanto no exercício das suas profissões existe uma margem em que as mulheres exercem com excelência o papel que os homens, o que significa que o exercício das suas funções reveste-se da sua dádiva, como o caso do cuidado, carinho, atenção, perfeccionismo, entre outras. Através destas características pode-se depreender que a luta das mulheres não se limitou apenas à igualdade de direitos, mas sim, mais do que isso, à humanização cada vez mais acentuada no seio das profissões e nas relações de produção, fazendo a rotura com a ideia de que as mulheres não pensam e muito menos são criativas. A nova sinergia trazida por este género concorre significativamente na mitigação de conflitos de interesses.

Já na visão de Salvador (2012), revela que uma das fragilidades que as organizações apresentam em certos contextos sociais é a prevalência de visão preconceituosa contra mulheres que ocupam lugar de chefia, interferindo no agir comunicativo da mulher no âmbito das relações de produção, com o intuito de perpetrar e perpetuar autoridade e influência. No entender de Freitas (1997), esta prática está ligada à cultura patriarcal na qual o mundo viveu por longos milhares de anos, na qual o homem foi instruído como provedor da família, protector e mais experiente e competente nos seus afazeres. Freitas (1997) sustenta que esta cultura é de igual modo vinculada pelas religiões tradicionais, cujo evangelho prega a diferença entre homem e mulher.

O argumento destes autores constitui uma força motriz para uma análise exaustiva do agir comunicativo dos homens casados com mulheres empoderadas economicamente, para aferir efectivamente o grau de compreensão no que diz respeito ao empoderamento da mulher no âmbito económico, se efectivamente estes olham para o poder económico das suas parceiras como forma de caminhar juntos ou se constitui uma ameaça à sua soberania, conforme os autores fizeram referência. São estas as percepções que a pesquisa pretende captar, não com intuito de mudar o *status* quo da sociedade ou do grupo-alvo, mas sim apenas compreender as percepções

destes, tendo em consideração que as práticas das sociedades patriarcais coabitam com o nosso grupo-alvo.

1.3. Luta de libertação nacional de Moçambique, versus empoderamento da mulher

A perspectiva em alusão argumenta que o contexto de libertação do regime colonial em Moçambique envolveu as mulheres na luta, sobretudo nas zonas libertadas, o que engendrou o despertar de consciência na gestão da coisa pública. Destacamos os seguintes autores: Casimiro (2004) e Zimba (2012).

Para Casimiro (2004) e Zimba (2012), revelaram que, no auge da guerra de libertação do jugo colonial em Moçambique, as mulheres já apresentavam uma faceta que nos remete a reflectir, de forma subtil, na possibilidade da existência de mentes empoderadas, na medida em que as mulheres eram sujeitas a participar na produção dos alimentos para abastecer os homens que estavam na linha da frente, assim como na mobilização e educação política nas zonas libertadas. Para os autores, a criação do destacamento feminino (1965-1966) foi um marco visível do empoderamento das mulheres, na medida em que, para além do seu envolvimento na logística (produção de alimentos), tinham como missão defender as populações nas zonas libertadas.

Na mesma senda, na visão de Afonso (1994) e Loforte (2000), comungam da ideia de Casimiro (2004) e Zimba (2012) ao afirmar que, na transição da luta de libertação e época pós-independência, de forma subtil ainda que não houvesse consciência colectiva do empoderamento das mulheres, estavam assentes em miniatura as preocupações centradas na inclusão das mulheres nas estruturas orgânicas do Estado, bem como em organizar as mulheres em cooperativas agrícolas e, mais adiante, em associações onde, de forma unânime, elas pudessem garantir a sua participação e estar incluída nas dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais do país.

Loforte (2000) argumenta também que o envolvimento da mulher na gestão pública é uma agenda dos órgãos internacionais que zelam pela arbitragem dos direitos humanos e não necessariamente uma consciência do sistema patriarcal que dita as regras que norteiam o país, razão pela qual, segundo o autor, o envolvimento deste género na cena administrativa carrega consigo estereótipos. A abordagem de Loforte é relevante para a compreensão dos significados

que o grupo em estudo tem com relação às mulheres com poder de compra nas relações conjugais.

1.4 Problema de pesquisa

A nossa revisão bibliográfica apresenta três abordagens em torno do empoderamento feminino, nomeadamente: igualdade de género, uma ferramenta para o empoderamento do género feminino, organizações não-governamentais, génese do empoderamento das mulheres; e luta de libertação nacional de Moçambique, génese de empoderamento da mulher. Julgamos pertinente, para orientação da nossa problematização, os contributos destas abordagens.

Não obstante o contributo das abordagens supracitadas, podemos constatar que estas analisaram o empoderamento feminino a partir da perspectiva jurídica, igualdade de género e o respectivo benefício destes instrumentos legais para as mulheres na arena social. E não se mostra de forma suficiente como esses instrumentos se traduzem economicamente na vida dos homens, sendo que a ideia central de empoderar a mulher é reduzir de forma significativa a dependência económica desta no homem. Ou seja, a presente pesquisa propõe-se a fazer ruptura no que respeita às pesquisas levadas a cabo em torno do empoderamento feminino, que resvalam apenas em potenciar as mulheres no domínio dos seus direitos fundamentais. Apesar de alguns estudos terem esmiuçado a inserção da mulher no mercado do trabalho como sendo um indicador do empoderamento da mesma, sendo que, de todas as pesquisas que indagam em torno do empoderamento feminino nenhuma destas, busca captar valores e significados dos homens com as quais vivem conjugalmente.

Ao analisar as percepções masculinas sobre o empoderamento económico feminino, torna-se possível identificar como as normas socioculturais moldam a distribuição de poder e recursos no seio das uniões conjugais. Este estudo é fundamental para a Sociologia, pois desvenda as complexas interações entre género, economia e cultura. O problema central reside na tensão dialéctica entre a ascensão financeira das mulheres e as expectativas tradicionais que definem a identidade masculina.

O problema supracitado conduziu-nos à seguinte questão de partida: **“Como homens em união estável significam a autonomia económica das suas parceiras e de que forma essa realidade reconfigura as suas identidades e posições na relação”**

Capítulo II. Enquadramento Teórico e Conceptual

Esta secção propõe-se a constituir o quadro teórico que servira de base para a presente pesquisa, para efeito, recorreremos a teoria de *construção social da realidade* defendida por Berger e Luckmann (2004).

2.1 Teoria da construção social da realidade

Na visão de Berger & Luckmann (2004), a teoria da construção social da realidade, olha para realidade como artefactos sociais que fluem na arena social resultados de agir comunicativo do homem na qualidade de animal social. Desta feita, a capacidade de organizar o seu enunciado face ao seu quotidiano, dando sentido à razão de sua existência. Deste modo, compreende-se que o dia-a-dia dos atores sociais é um mundo que vai derivar no processo de vária ordem no que respeita a seu *modus vivendus*.

É nestes moldes que a pesquisa visara compreender a presença de novos valores num campo específico, onde somam se vários anos que o homem mostra se provedor da família. Para o mesmo homem partilhar o mesmo adjectivo com mulher, e, por conseguinte, o adjectivo em causa, segundo paradigma dominante, confere ao homem benefícios.

Na visão dos autores a realidade social compreende duas dimensões a saber: objectiva e subjectiva. A subjectiva e a objectividade são de extrema relevância na medida em que remetemos a reflectir que o processo de interiorização de valores e normas ocorre na objectividade ou por outra, o universo social é objectivado e reintroduzido na consciência dos indivíduos pelo processo de socialização, e por outro lado encontramos o processo de objectivação e exteriorização, onde o individuo e meio social onde se encontra inserido atuam de forma reciproca.

De salientar que estas duas etapas dialécticas acima referidas, correspondem a uma determinada especificidade social a saber: a sociedade como um produto humano, a sociedade como uma realidade objectiva e o homem como um produto social.

A partir deste argumento, depreende-se que a dominação masculina não é um fenómeno natural, mas sim uma construção social, onde por via da socialização foi possível tornar esta prática em realidade. Acredita-se que a autonomia económica que as mulheres almejam ter também

obedecerá ao mesmo processo de disseminar a nova ordem social com recurso à socialização. É nestes moldes que o actor social, ao entrar em contacto com o mundo à sua volta, torna-se socializado segundo este meio em que se encontra.

Ainda na abordagem sobre a construção da realidade social, Berger & Luckmann (2004) revelam que a interpretação da realidade social toma em consideração a relação existente entre a forma de pensar e a realidade social na qual o indivíduo se encontra inserido. Segundo os autores é neste âmbito que se manifesta a génese da vida como um espaço social onde os indivíduos estabelecem normas e relacionam-se, comungando mesmos conhecimentos, formas de pensar, valores e costumes.

Ainda nos mesmos autores, podemos perceber que o conhecimento apreendido no processo de socialização vai nortear a interiorização da consciência individual das estruturas objectivas do mundo social, delimitando os canais pelos quais a exteriorização vai produzir um mundo objectivo, através da linguagem.

Para outros autores supracitados, a linguagem é um sistema de sinais vocais de extrema relevância, e comporta em si um conjunto de significações que permite a fundamentação das legitimações e a manutenção das identidades sociais. Nestes moldes os autores em causa afirmam que o conhecimento dos homens orienta suas acções no mundo. É nesta ordem de ideias que Berger e Luckmann (2004) colocam o conhecimento como epicentro no processo de construção social da realidade. Conhecimento, à luz destes autores, deixa de ser visto como sendo teorias, ideias elaboradas, visões de mundo ou teorias científicas, mas sim como todo tipo do conhecimento que incide sobre a forma de ver, interpretar e viver no agir quotidiano dos actores sociais.

Berger & Luckmann (2004) reconhecem que a sociologia do conhecimento tem raízes diversas, e foi buscar seus conceitos e métodos em diferentes pensadores e escolas para fundamentar a sua teoria, estes ao analisar a vida quotidiana se apresentam como uma totalidade coerente e dotada de sentido. Na mesma senda de ideias, os autores revelam que o senso comum forma um mundo intersubjectivo, e a melhor metodologia para explica-lo é a descrição fenomenológica. Entre as muitas realidades e níveis diferentes de realidade, existe uma que os sujeitos não questionam e que para eles e elas constitui a própria realidade: a vida quotidiana. Esse mundo real,

compartilhado com os outros e vivido nas rotinas, apresenta-se relativamente uniforme e coerente, desde que não (Berger & Luckmann, 2004).

Desta forma, podemos perceber que, a partir da linguagem, pode-se apreender a realidade social dos indivíduos, na medida em que a linguagem transmite valores quotidianos dos atores sociais, permitindo com que estes partilhem as suas vivências com os demais indivíduos que se encontra a sua volta (Berger & Luckmann, 2004).

A teoria construtivista de Berger & Luckman (2004) é de suma relevância para a análise da realidade social e para a compreensão de significados e percepções. Para interpretar o comportamento dos atores sociais, os autores propõem a estrutura de padrões comportamentais e a construção de modelos de análise derivados dessas ações, as quais são utilizadas pelos próprios indivíduos para dar sentido ao quotidiano. Sob essa óptica, a análise dos fenómenos sociais baseia-se na construção social da realidade, acumulada por meio de experiências e da socialização, que define o posicionamento dos homens frente às suas parceiras.

Esta teoria é fundamental para a presente pesquisa, pois permite desvendar como normas e valores culturais moldam expectativas e comportamentos relativos ao papel da mulher na economia e na família. Além disso, possibilita analisar como mudanças nas percepções masculinas podem promover relações mais equitativas e colaborativas. Em suma, a perspectiva da construção social da realidade oferece a estrutura necessária para examinar o empoderamento económico feminino e as suas relações conjugais no grupo-alvo estudado.

2.2 Enquadramento Conceptual

A seguir apresentamos, os conceitos fundamentais que norteiam a presente pesquisa, tais como: empoderamento, percepções sociais e relações conjugais. É essencial para a análise dos fenómenos aqui estudados.

2.3. Empoderamento

Para Herriger (2006), empoderamento refere-se ao desenvolvimento de modelos de autoconhecimento, através do qual os actores sociais adquirem e fortalecem a sua consciência com relação a seu sentimento de poder e competência de autovalorização e auto-estima.

Na mesma senda de ideias Herriger (2006) considera que, para se empoderar, o individuo deve ser capaz de transformar as estruturas sociais, política e económicas, visando uma redistribuição de poder, produção de mudança e criação de oportunidades dentro da sociedade.

A abordagem de Herriger (2006), em primeira instância, mostra-se simplista na medida em que o autor em causa associa o empoderamento à aquisição de competências e auto-estima. Já na segunda abordagem, este mostra-se mais abrangente e prático ao conceituar o empoderamento, na medida em que agrega uma visão macro ao aferir que o empoderamento é mais do que aquisição de auto-estima; estende-se na conjuntura social que pressupõe a participação política, económica e respectivamente.

Na mesma esteira de pensamento, Freire (1979) comunga com a visão defendida por Harriger (Op.cit) ao definir que o empoderamento se processa quando os actores sociais desenvolvem capacidades de compreensão, consciencialização e reflexão sobre as diferentes realidades. Ou seja, este autor afirma que o empoderamento está em volta do envolvimento dos actores sociais na arena política e sua inserção no campo económico. Freire subscreve esta abordagem ao assumir que empoderar visa despertar a autonomia no campo económico por via da educação. Estas abordagens no que respeita ao conceito em causa são de extrema relevância, pois nutrem significativamente o que se pretende saber na presente pesquisa. Ou seja, carregam consigo subsídios tais como inserção económica, política e educação formal, indicadores importantes para o empoderamento feminino.

Kabeer (1997), de certa forma colabora com os autores supracitados em aferir que empoderamento não garante apenas a promoção e o desenvolvimento de competências, como também abre espaço para criar capacidades no individuo para saber enfrentar vicissitudes que ocorrem no espaço político, através da apropriação de habilidades de participar democraticamente.

Já na visão de Perkins e Zimmerman (1995), avançam que o empoderamento feminino consiste em engendrar a liberdade económica nas mulheres com a justificativa conjuntural social que enfraquece o poder económico do homem no seio familiar, podendo ser o desemprego ou empregos temporários, o que dá novo figurino à mulher na arena familiar de provedora.

O conceito defendido pelos autores Perkins e Zimmerman (1995) mostra-se relevante para a nossa pesquisa na medida em que a sua definição incorpora na sua articulação a componente económica, que é, por sua vez, o nosso objectivo em captar as percepções que os homens carregam consigo das mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais. Acreditamos que este conceito ajuda a explicar exhaustivamente as percepções do nosso objecto de estudo em causa.

Por sua vez, Kleba e Agueda (2009) revelam que empoderamento é um termo emprestado na língua inglesa “*empowerment*”, este termo tem uma natureza multifacetado e apresenta-se como um processo flexível e dinâmico, envolvendo capacidades cognitivas e afectivos. Nestes moldes, os autores categorizam o conceito empoderamento em três dimensões: Psicológica, grupal e estrutural. O empoderamento psicológico possibilita a emancipação dos indivíduos e desagua na autonomia socioeconómica que as mulheres podem almejar e desenvolver, pois, é através deste meio que estes autores sociais conseguem o poder de escolha, da decisão e da influência o que propicia o poder de compra e consumo. Com estas condições, esta classe social tem o poder para fazer sua escolha e consumo de forma consciente.

Estes conceitos são de extrema relevância para captar as representações que o nosso grupo-alvo tem com relação ao novo figurino que as mulheres incorporam na arena social, com enfoque no âmbito familiar. Pois, nos tempos que correm, as mulheres têm capacidade de compra, numa sociedade movida por valores patriarcais.

Em contrapartida Ribeiro (2017), revela que o empoderamento não deve estar centrado, apenas no paradigma liberal, visando somente a transferência de poder. Na visão do autor em causa vai mais além disso, o que significa que a mulher através do empoderamento deve granjear a consciência do vir dos problemas e criar meios para a sua solução.

A visão da ONU (2011) corrobora com a visão exposta por Manssour (2015) ao revelar que o empoderamento feminino deve garantir, na visão deste órgão internacional, uma acção de

conceder o poder de participação social das mulheres, garantindo que possam estar alinhadas sobre a luta pelos seus direitos como pessoas. A opção por estes conceitos é movida por estes irem ao encontro do que se pretende buscar na pesquisa em causa, dado que é uma realidade o empoderamento feminino no contexto moçambicano, cujos modos operantes mostram-se ainda arraigados à cultura patriarcal. Com isto, queremos compreender as percepções dos homens casados com mulheres empoderadas economicamente.

2.4 Percepção social

Este argumento é sustentado por Macamo (2004) ao considerar que a percepção social compreende um conjunto de conceitos e explicações, originadas no dia-a-dia dos atores sociais através do agir comunicativo. Ou seja, Macamo identifica-se com a *abordagem de Abric*, por este acreditar que a percepção social seria o resultado achado na experiência das relações interpessoais que leva os mesmos actores a dar um determinado significado a cada acção levada a cabo na arena social, dado importante para a presente pesquisa, que visa captar as percepções em torno dos homens em relação às mulheres empoderadas economicamente.

Nestes moldes, na presente pesquisa usaremos o conceito de percepção social defendido por Jodelet (1989) como forma de revelar as modalidades de conhecimento prático orientadas pela comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que os indivíduos estão inseridos.

Desta feita, este conceito mostrou-se relevante para a nossa pesquisa, na medida em que partimos do pressuposto de que os homens carregam consigo significados, valores e representações da confluência entre o empoderamento económico das mulheres nas relações conjugais e a cultura patriarcal que, nalgum momento, mostra-se norteadora destes homens no mesmo espaço onde interagem mulheres e homens no âmbito das relações conjugais.

2.5. Relações conjugais

Na visão de Ávila (1972), relação conjugal consiste na relação entre duas pessoas de sexo oposto que se juntam com um objectivo comum de vida mútua, que difere da vida comum na arena social. Ou seja, é uma relação social de subordinação entre ambos os sexos: na relação conjugal se subordinam.

Já no entender de Kellner (1964), relação conjugal compreende um processo de construção de uma realidade comum, onde o interveniente desta relação experimenta uma reconstrução de sua realidade específica e que forjam uma identidade conjugal única.

Quer do conceito de Ávila, assim como de Kellner, podemos constatar algo em comum, na medida em que estes dão a entender que uma relação conjugal visa construir a vida a dois, onde as partes integrantes têm obrigações, direitos e subordinação.

Gonçalves (2011) afirma que, apesar do troco defendido pelos autores acima citados, existem visões distintas de interpretar os papéis socialmente construídos, onde a mulher olha para o casamento como auge de amor e compromisso entre duas partes, e para os homens o casamento confere-lhe a responsabilidade acrescida de zelar e suprir as necessidades da sua família. O conceito de Gonçalves mostra-se de suma relevância para fazer a ponte entre o empoderamento feminino nas relações conjugais e a percepção do homem à luz do significado que estes atribuem a uma relação conjugal, onde ambos os sexos têm capacidades de suprir as necessidades da família.

Capítulo III. Procedimentos Metodológicos

Nesta seção destacamos os métodos e técnicas que foram usados, para a obtenção dos dados e concretização da pesquisa, em função dos objectivos da pesquisa.

3.1. Método de pesquisa

A pesquisa foi realizada a luz da abordagem qualitativa, que visava compreender e interpretar as percepções sociais dos homens com relação ao empoderamento das mulheres nas relações conjugais de forma exaustiva. Esta abordagem, permitiu analisar a complexidade dos dados do universo das percepções masculinas em relação aos significados e representações por eles construídos, em função do empoderamento económico das mulheres.

Conforme afirma Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa compreende o uso de instrumentos com a finalidade de compreensão e interpretação da realidade social. O método qualitativo abriu espaço para compreensão dos fenómenos sociais, concretamente os significados que os homens carregam em torno das mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais. Foi oportuno, através desta abordagem, captar que as percepções quotidianas dos homens em torno da problemática em causa têm uma base enraizada na cultura patriarcal.

3.2. Método de procedimento

Como método de procedimento, recorreremos o estudo de caso. Na medida em que este método pressupõe observar a realidade social que norteiam grupos sociais específicos, através do qual o caso específico analisado é considerado como relevante no estudo ao seu todo. O método abre espaço, de igual modo, para a exploração dos casos específicos com exaustão, para que se assegurem os aspectos centrais e imprescindíveis da investigação (Lakatos & Marconi, 2001). Com este método foi possível explorar com profundidade, a partir das informações disponibilizadas pelo nosso grupo-alvo.

3.3. Técnica de recolha de dados

Como técnica de recolha de dados foi usada a entrevista semi-estruturada. Como Richardson (2008) define, a entrevista semiestruturada consiste em uma técnica de recolha de dados, que permite uma interacção directa entre o pesquisador e o pesquisado no âmbito confidencial, com o

grupo alvo que foi estudado. Esta técnica ajudou também na compreensão dos dados, assim como na abordagem próxima com intervenientes da pesquisa, em particular, a perspectiva com a qual se propôs a pesquisa, de trazer as vivências dos homens que vivem com mulheres empoderadas economicamente. As entrevistas foram realizadas segundo disponibilidades dos entrevistados. Ou seja, foram solicitados a priori o consentimento informado, oralmente, participante, com os objectivos da pesquisa, e posteriormente gravados a sua permissão. A administração das entrevistas foi feita individualmente, com duração de 30 minutos, respeitando a privacidade de intervenientes da pesquisa.

3.4 Técnica de análise de dados

Para a análise de dados da presente pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo como técnica de interpretação, fundamentada na perspectiva de Quivy & Campenhoudt (1998). No campo das ciências sociais, esta técnica é recomendada para análises exaustivas e minuciosas diante de realidades sociais complexas e difusas. A escolha justifica-se pela capacidade da técnica em interpretar o objecto de estudo e observar a recorrência, o que concorre significativamente para a apreensão de informação relevantes.

Na mesma senda, para um estudo de natureza qualitativa, a análise de conteúdo permite uma avaliação objectiva das mensagens, mantendo a originalidade do teor levantado. A edificação deste método auxilia o pesquisador a distanciar-se de ideias preconcebidas, focando na essência e na fidelidade da informação colhida.

Operacionalmente a análise foi estruturada em três fases distintas: **pré-análise e transcrição**: todas as entrevistas foram captadas por meio de um gravador electrónico e, posteriormente transcritas na íntegra. Como defendido por Azevedo et al. (2017), tal como foi concedida pelo grupo alvo.

Exploração do material e categorização: a partir das transcrições, as falas foram organizadas em categorias de análise. Utilizou-se um critério misto: categorias a *priori* (baseadas nas perguntas do roteiro) e categorias a *posteriori* (temas que surgiram espontaneamente durante os relatos). Essas unidades de registo foram agrupadas por semelhança temática, permitindo identificar os principais eixos do debate.

Tratamento e interpretação: por fim, os dados categorizados foram confrontados com o referencial teórico da pesquisa. Esse processo de inferência permitiu captar o significado por trás das mensagens e validar as frequências das respostas, transformando o “manual metodológico” em resultados científicos concretos.

3.5 Amostragem e participantes

No âmbito desta pesquisa qualitativa, optou-se pela amostragem não probabilística de tipologia intencional. Este método permite que a investigadora selecione participantes que possuem experiências e características fundamentais para o aprofundamento do objecto de estudo (Lakatos & Marconi, 2001). Para a identificação e recrutamento dos sujeitos, utilizou-se a técnica de amostragem por "Bola de Neve". Este procedimento consiste em localizar informantes-chave que, após a entrevista ou contacto inicial, indicam novos participantes com o perfil desejado, criando uma cadeia de referências essencial para aceder a grupos com características específicas no Bairro Belo Horizonte.

A amostragem final foi constituída por 12 homens casados, com idades compreendidas entre 29 e 50 anos, residentes do Bairro Belo Horizonte, Distrito de Boane. Desta forma, a escolha dos intervenientes não foi aleatória, mas sim deliberada, focando naqueles que vivenciam directamente o fenómeno do empoderamento feminino nas suas dinâmicas conjugais e comunitárias na província de Maputo.

3.6. Critérios de escolha dos participantes

A selecção dos intervenientes foi rigorosamente balizada por critérios de Inclusão e Exclusão, garantindo que a amostra reflectisse o fenómeno em estudo.

Critério de Inclusão – foram seleccionados para participar na pesquisa indivíduos que reunissem cumulativamente as seguintes características:

Cada um dos participantes desta pesquisa, foi seleccionada obedecendo os seguintes critérios: homens casados ou em regime de união de facto, dinâmica económica conjugal: parceiros de mulheres economicamente empoderadas, nos casos em que o homem também possui rendimento mensal próprio, e ser residente no Bairro Belo Horizonte, Distrito de Boane, Província de Maputo.

Critério de Exclusão- Foram excluídos do processo de amostragem:

Homens que figuram como os únicos provedores financeiros da família, estando as suas conjungem em situação de dependência económica; homens casados com mulheres não empoderadas economicamente; indivíduos que não fixaram residência no bairro Belo Horizonte, Independentemente do seu perfil socioeconómico.

3.7. Questões Éticas

A pesquisa obedeceu aos critérios éticos quanto à sua elaboração. A consideração ética tem como propósito sensibilizar os entrevistados com relação à finalidade da pesquisa, e os entrevistados, por sua vez, disponibilizam a sua participação sem nenhuma coacção no fornecimento dos dados necessários para a realização da pesquisa. Para o efeito, os intervenientes em causa foram previamente informados sobre o tema através do consentimento informado.

Antes das entrevistas, foi explicado aos entrevistados o tema da nossa pesquisa e, acima de tudo, os objectivos e resultados que se pretende com a pesquisa. Ou seja, de salientar que a consideração ética tem uma função latente de reduzir a estranheza do pesquisador diante do pesquisado, criando-se uma espécie de amizade para aquele preciso momento. Tratando-se de uma pesquisa mais sensível, que mexe com sentimentos, sobretudo de poderes que foram construídos durante muito tempo (que ser homem define-se desta forma e ser mulher daquela), requer uma postura assertiva de se posicionar face aos intervenientes da pesquisa para não entrar em clivagem. Todo o protocolo foi observado no que respeita aos valores humanos.

De referir que este processo foi mediante a aquisição da credencial no Departamento de Sociologia, a autorizar a recolha de dados no Bairro Belo Horizonte, no distrito de Boane, na província de Maputo. Este acto será uma evidência de genuinidade da pesquisa.

Capítulo IV. Apresentação e Interpretação de dados da pesquisa

Neste capítulo apresentamos e procedemos com a análise e discussão dos dados obtidos no campo de pesquisa, à luz da base teórica e conceptual que orienta a nossa pesquisa, sem deixar de lado a confrontação dos resultados com os levantados na revisão de literatura.

Deste modo, este capítulo encontra-se organizado da seguinte maneira: o primeiro relativo ao campo de análise; o segundo reservado ao perfil social dos interlocutores da pesquisa; o terceiro ligado às percepções sociais que os homens têm sobre as mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais; o quarto compreende as experiências no casamento onde a mulher tem autonomia financeira; o quinto relacionado às estratégias de construção de espaços de autonomia e participação na tomada de decisão dentro da relação conjugal onde a mulher tem autonomia financeira; e o sexto que versa sobre os significados que os homens atribuem ao empoderamento económico feminino nas relações conjugais.

4.1. Campo de Análise

A presente pesquisa foi realizada no Distrito de Boane. O distrito de Boane, está localizado na Província de Maputo, a “26° 02’36” S, 32° 19’50” L, na parte Sudoeste da Cidade de Maputo, limitado a norte pelo posto administrativo da Matola-Rio, através das povoações de Xitevele e Macombe; a sul pelos rios Movene e Umbeluzi; a este pelo rio Umbeluzi e a povoação de Beluluane; e a Oeste pelo rio Movene (Muchangos, 1999).

De salientar que o Bairro Belo horizonte está localizado a nordeste do distrito de Boane, sendo um dos 33 bairros que compõem o Município da Vila de Boane, situado próximo ao centro da Vila de Boane, limitado a Norte pelo Bairro Picoco II; a Oeste pelos Bairros 3,4 e 5; a Sul pela EN2 que o separa dos bairros 2 e 25 de Setembro (Muchangos, Op.cit).

O Bairro Belo Horizonte, resulta do rápido crescimento urbano e da migração interna para a capital, em particular após a independência do país em 1975. O aumento populacional, impulsionado pela busca por melhores oportunidades e condições de vida, levou à ocupação de áreas periféricas da cidade, onde o Bairro Belo Horizonte desenvolveu de forma exponencial. Nestes moldes, a procura de espaços para habitar superou a oferta, o que levou à ocupação de

áreas não planificadas, é neste âmbito que surgiram bairros como Belo Horizonte (Muchangos, Op.cit).

A escolha do Bairro Belo Horizonte, Distrito de Boane, Justifica-se pela sua localização estratégica como zona de transição entre o rural e o urbano. Este cenário apresenta uma dinâmica social única, onde a coexistência de valores tradicionais e novas configurações de mercado de trabalho permite observar as tensões e negociações de poder entre género. Dada a crescente participação das mulheres na economia local, torna-se imperativo compreender a percepção dos homens neste território, visto que o apoio ou resistência masculina são factores determinantes para a sustentabilidade do empoderamento económico feminino.

4.2 Perfil Sociodemográfico dos entrevistados

Das informações recolhidas, permitiu-se identificar e conhecer as origens sociais e demográficas dos entrevistados. A população foi constituída por 12 homens casados, com idades compreendidas entre os 29 e 50 anos de idade. Em relação aos locais de moradia, são todos residentes no Bairro Belo Horizonte. No que respeita ao estado civil, varia entre casados oficialmente e união de factos. Referente ao nível académico, todos tem nível superior (licenciatura), e boa parte dos entrevistados trabalham no privado e a maioria no estado. A tabela em anexo, apresenta de forma sintética como os dados que descrevemos acima estão distribuídos entre os entrevistados.

Nome	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Residência anterior	Residência actual	Profissão	Nível de Escolaridade
A	30	Maputo	Solteiro	Chamanculo	Belo Horizonte	Contabilista	Superior
B	38	Maputo	Casado	Mafalala	Belo Horizonte	Informático	Superior
C	43	Maputo	Casado	Polana caniço	Belo Horizonte	Arquivista	Superior
D	29	Maputo	Solteiro	Maxaquene	Belo Horizonte	Electro mecânico	Superior
E	29	Maputo	Solteiro	Maxaquene	Belo Horizonte	Promotor de Eventos	Superior
F	43	Maputo	Casado	Maxaquene	Belo Horizonte	Funcionário Publico	Superior
G	45	Maputo	Casado	Polana caniço	Belo	Técnico	Superior

					Horizonte	Agrário	
H	50	Maputo	Casado	Chamanculo	Belo Horizonte	Auditor	Superior
I	49	Maputo	Casado	Mafalala	Belo Horizonte	Advogado	Superior
J	34	Maputo	Solteiro	Mafalala	Belo Horizonte	Linguista	Superior
K	32	Maputo	Solteiro	Chamanculo	Belo Horizonte	Matemático	Superior
L	49	Maputo	Casado	Chamanculo	Belo Horizonte	Advogado	Superior

Fonte: autora (2025)

Preocupámo-nos apenas com homens que estivessem a viver maritalmente, independentemente da sua idade, pelo que acabamos por trabalhar com homens de diferentes idades. O tempo de permanência dentro da relação varia de 1 ano até 12 anos de vida marital. De salientar que os participantes da pesquisa em causa não são naturais de Boane; residem neste local devido ao referenciado acima que pressupõe a gentrificação do bairro, que propiciou nova demanda habitacional com um figurino específico desde a arquitectura até à forma de ser e estar no bairro é típico de classe média, resultado da mobilidade social vertical ascendente que estes conheceram, na medida em que estes são oriundos de zonas sub-urbanas, a destacar: bairro de Chamanculo, Mafalala, Polana Caniço e Maxaquene. Dos 12 entrevistados, apenas 3 não têm filhos, sendo que os que têm, o número varia de 1 a 3 filhos.

4.3. Percepções Sociais sobre as Mulheres Empoderadas Economicamente

Este subcapítulo responde ao objectivo de descrever as percepções sociais dos homens, analisando os significados e representações que estes constroem sobre as suas parceiras com autonomia financeira. As percepções identificadas revelam-se ambivalentes, divididas entre a valorização pragmática e o receio de que tal autonomia representa uma ameaça à ordem tradicional de género.

4.3.1. A renda feminina como mais-valia

A crise económica e as novas dinâmicas sociais têm reconfigurado o papel da mulher na vida conjugal. Tradicionalmente circunscrita à esfera doméstica, a mulher com rendimento próprio

emerge hoje como uma mais-valia indispensável para o homem e para a estabilidade do agregado familiar. Conforme pode transparecer no depoimento a seguir:

“As conquistas da mulher com poder de compra não são nada más; vejo com bons olhos uma mulher empoderada na relação conjugal... Se tenho uma mulher empoderada financeiramente, de certeza que terei também uma mais-valia. [...] as coisas mudaram; hoje, como homem, trabalho, mas amanhã posso não trabalhar. Se ela estiver a trabalhar, vai aliviar a família.” (Entrevistado A, 30 anos, Contabilista).

“Olho de uma forma positiva, tendo em conta que hoje em dia estamos em um momento que, eu acho que a mulher hoje em dia tem que ter a capacidade de auto se sustentar; claramente que não pode quebrar os valores que fomos ensinados, a qual a nossa cultura inicial é o respeito ao homem, não é pelo facto de ter esse poder económico que, ou autonomia económica que deve desrespeitar, é algo positivo”. (Entrevistado, B 38 anos, Informático).

“É bom que as mulheres não dependam dos homens para suprir suas necessidades, ter a sua independência económica, mas quando é assim muitas das vezes o homem sofre as consequências de não ter o controlo total das coisas, ela já faz outras coisas sem o consentimento do marido porque tem poder de compra, atropela de certa forma a razão de ser homem no seio de família, temos constrangimentos por conta disso mas não temos como prender a elas os tempos são outros, os homens morrem muito a instabilidade económica também mostra se uma razão para deixar elas também fazerem alguma coisa”. (Entrevistado, C 43 anos, Funcionário Público).

À luz destes depoimentos, percebe-se que, maioritariamente, a renda mensal da parceira confere ao casal uma segurança económica crucial perante as conjunturas socioeconómicas actuais. Contudo, levanta um conflito entre a necessidade de adaptação a esta nova realidade imposta pelo sistema e a manutenção de estruturas tradicionais de autoridade masculina. O empoderamento económico da mulher, embora fundamental para a sobrevivência familiar, é percebido por uma parte dos homens como um factor que mina a sua autoridade no seio da relação conjugal.

Segundo o argumento de Abric (1998) ao avançar que percepção social é produto do processo activo de apropriação da realidade por meio de uma elaboração psicológica e social, aprimora-se a nossa compreensão ao referir que o empoderamento económico feminino é movido pela nova dinâmica social, onde os homens normalizam esta prática no contexto social no qual estão inseridos.

Este argumento é sustentado por Macamo (2004) ao considerar que a percepção social compreende um conjunto de significados e simbologias, resultantes do quotidiano dos atores sociais através da sua interacção. Macamo (2004) & Abric (1998) corroboram ao assumir que a percepção social resulta de experiências interpessoais que leva os indivíduos a dar significado a cada acção levado a cabo na arena social. À luz destes argumentos compreendemos com exaustão os nossos interlocutores com relação a percepção do empoderamento económico das mulheres nas relações conjugais, que derivam de nova dinâmica social.

4.3.2 Renda mensal feminina: um “mal necessário” na família

Em oposição, outra percepção salienta o carácter disruptivo do empoderamento feminino. O salário da mulher é visto como um elemento ambivalente – um “mal necessário” que, embora contribua para a subsistência familiar, desafia a identidade masculina forjada no título de provedor. Conforme transparece nos depoimentos:

“A sociedade até pode questionar, mas eu não vivo a sociedade, eu vivo a minha relação em casa. O poder económico que ela tem e o que ela compra em casa mostra uma vantagem, mas o título de homem ninguém vai me tirar, embora a mulher tem aquele ar de orgulho quando pode, mas é bom quando ela trabalha, enfim é um mal necessário, nos dias actuais lar não é só o homem, mas sim o casal”. (Entrevistado, D, 29 anos, Electromecânico).

“O poder de comprar da minha esposa não coloca em causa o título de provedor que a sociedade me atribui, como já se diz na gíria popular, um homem é homem mesmo sendo criança, um homem é homem mesmo sendo desempregado, então eu acho que o título de provedor é um título nato do homem, nasce com ele, e morre com ele, é algo que não entra em contradições financeiros com o poder que minhas parceiras têm, embora seja

mal necessário o salário delas, por causa de natureza delas de orgulho quando elas podem". (Entrevistado, E, 29 anos, Promotor de Eventos).

A ambivalência das percepções entre a "mais-valia" pragmática e o "mal necessário" ameaçador pode ser compreendida à luz da teoria do *habitus* de Bourdieu (2010). A dominação masculina, enquanto "espécie de ordem social" e "sistema de estruturas duradouras", está profundamente incorporada na psique dos homens. Esta internalização explica por que, mesmo quando reconhecem os benefícios do empoderamento feminino, os entrevistados continuam a sentir que este "atropela de certa forma a razão de ser homem". A percepção de ameaça não é um mero cálculo racional, mas uma reacção quase instintiva de um *habitus* patriarcal em conflito com uma nova realidade objectiva. Esta mesma tensão é observada por Amazonas et al. (2003), que notaram que o ingresso da mulher no mercado laboral "gerou um novo tratamento" e uma redefinição de valores da paternidade, confirmando que este é um processo de ajuste complexo e por vezes constrangedor para a identidade masculina tradicional.

Segundo abordagem de Bourdieu (2010), a dominação masculina, é uma espécie de ordem social, não se trata de uma representação, fantasia ou de uma ideologia, ela corresponde a um sistema de estruturas duradouras que são reproduzidas tanto objectivamente como subjectivamente, já que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes, nas actividades e nas posições sociais. Estas estruturas organizam não apenas a realidade social, mas também as percepções e as representações que os indivíduos fazem desta realidade, de si mesmos e dos outros; são incorporadas na forma de *habitus*. (Bourdieu, 2010, p.137)

Nestes moldes, as percepções que os interlocutores em alusão carregam em relação ao empoderamento económico das suas parceiras nas relações conjugais, embora a conjuntura socioeconómico vigente, propícia de certa forma uma espécie de aceitabilidade no que tange a liberdade económica das suas parceiras no seio do lar, é possível captar os resquícios de dominação masculina avançada pelo Bourdieu (2010) ao aferir que a ideia de dominação do homem sobre a mulher, encontra-se plasmada no psíquico do homem e flui de forma subtil como *habitus*. Os depoimentos abaixo são elucidativos:

“Para mim é fácil de reconciliar isso, desde o momento que ela consiga se colocar no lugar dela, que acima de tudo ela tendo o poder que ela tem, não deixa de ser mulher, isso cabe muito mais a ela”. (Entrevistado, G, 45 anos, Técnico Agrário)

“Na verdade, poder económico da mulher não deveria constituir um susto ou calcanhar de Aquiles para os homens, a lei da terra outorgou o poder ao homem e mais ninguém, logo a renda feminina esta para apoiar ao homem”. (Entrevistado, Y, 30 anos Advogado)

“Acredito na lei que a sociedade usa que mostra-se justa, porque as mulheres por si só mesmo com dinheiro não conseguiriam por as coisas em ordem dado que, mesmo o dinheiro que elas recebem, quem da boa direcção do mesmo são os homens, o dinheiro não tira a posição do homem, nem o que lhe foi conferido”. (Entrevistado, P, Geógrafo 40anos)

A manutenção e reprodução desta forma de pensamento efectivam se por meio de vias simbólicas, e não necessariamente pela violência física. Ou seja, a cultura dominante estabelece e perpetua a dominação masculina, não apenas através de força física, mas de mecanismos simbólicos e culturais.

Na perspectiva de Berger & Luckman (2004), a interpretação do discurso do interlocutor acima constata a íntima relação entre a forma de pensar individual e a realidade social objectivada na qual ele se encontra inserido. A ideia de que o poder de compra da mulher não interfere no *status* conferido ao homem pela sociedade é uma manifestação directa da realidade socialmente construída.

Este processo internaliza a ideia de que o homem é detentor do *status* principal (o provedor), e que a mulher, independentemente das circunstâncias económicas, deve manter-se na posição subalterna ou complementar. A aceitação do salário é instrumental, mas a hierarquia simbólica permanece intacta. O conceito de que “o homem é homem mesmo sendo desempregado” ou de que “o título de provedor é um título nato do homem” não é biológico; é uma verdade social internalizada.

Neste contexto, a aceitação do salário da mulher (a nova realidade económica) é apenas uma acomodação pragmática da realidade objectiva (ela trás dinheiro), mas não altera a realidade subjectiva (o *status* simbólico do homem).

4.3.3 A liberdade económica da mulher não diminui o valor da masculinidade

A religião, como uma das instituições sociais mais antigas e influentes, tem desempenhado um papel crucial na estratificação de género. A leitura literal ou tradicional de certos textos sagrados, como o preceito de que “a mulher será e estará submissa ao homem “ (Entrevistado M, 47 anos), funciona como um poderoso mecanismo de legitimação da estrutura patriarcal. Essa crença oferece uma base transcendente para a superioridade masculina, retirando a hierarquia de género do campo da convenção humana e colocando-a sob a égide do “plano divino” ou da ‘criação dividida”.

Depoimentos como os apresentados ilustram o dilema da modernidade enfrentado pelos indivíduos. O entrevistado reconhece que “as coisas evoluíram “e que a sociedade “fala-se do empoderamento”, indicando a assimilação do discurso da mudança social. Contudo ele imediatamente invoca o preceito bíblico para limitar ou contextualizar essa mudança, reservando a si o papel final de determinar (“depois irei analisar como homem e depois vou determinar”).

“Não é ameaça, as coisas evoluíram, estamos a falar da igualdade do género, tudo bem que, como Deus nos criou já dividiu, que a mulher será e estará submissa ao homem, isso é bíblico, hoje em dia fala-se do empoderamento, da mulher estar do mesmo nível que o homem, apreendi que mulher tem de certa forma capacidade de gerir a família, mas isso foi com a base de conversa com ela”. (Entrevistado, M, 47 anos, Geógrafo)

“ (...) Deus nos criou já dividiu, que a mulher será e estará submissa ao homem, isso é bíblico (...) depois irei analisar como homem e depois vou determinar”. (Entrevistado, M, 47 anos, Geógrafo)

Nos mesmos depoimentos que versam sobre experiências é possível sustentar a ideia de construção de superioridade do homem em detrimento da mulher, fruto das discrepâncias no âmbito de socialização, conforme fez menção o autor supracitado. Ainda que a mulher tenha a capacidade de prover que se equipara com o homem, sempre será mulher, o que significa a vassalagem e submissão ao homem está intacto no pensamento deste grupo alvo.

Jodelet (1989) reforça o argumento supracitado ao resvalar que a modalidade de conhecimento prático dos interlocutores em causa é justificada pelo contexto social, material e ideativo em que estes estão inseridos.

É nestes moldes que a visão de Jodelet mostra-se importante na compreensão deste grupo alvo, na medida em que estes transportam consigo significados, valores e representações que derivam da cultura dominante que dá vantagens significativas ao homem no seio de relações conjugais com mulheres empoderadas economicamente.

Já Freitas (1997) compreende que este *modus vivendus e operandes* dos interlocutores em causa está extrinsecamente ligada a cultura patriarcal onde o homem foi/é instruído como provedor da família, é mais experiente, sendo a religião e a família os responsáveis pela manutenção e reprodução destes valores.

Aliado a isso, a teoria construtivista de Berger & Luckmann (2004), eleita como teoria de base comunga com as abordagens de Jodelet e Freitas através do conceito central de que a realidade é socialmente construída. Na qual estes vincam que a manifestação de dominação masculina no grupo em causa é resultado da sua socialização, na mesma senda de abordagem a teoria de base mostra a sua relevância na medida em que vai mais ao fundo na análise das relações conjugais onde a mulher tem poder de compra, para esta teoria o processo de estruturação de padrões comportamentais, dos homens face ao empoderamento económico das suas parceiras deriva-se da construção social da realidade. Ou seja, as responsabilidades reservadas aos homens sempre, tiveram uma distinção com o seu lado oposto, reservando lhes uma espécie de vantagens e titularidades, razão pelo qual que, mudam os tempos, mas os resquícios de dominação masculina prevalecem, mas com outro tipo de figurino e manifestação de forma subtil e escamoteada.

4.4 Experiências no casamento onde a mulher tem autonomia financeira

Este subcapítulo responde ao objectivo de caracterizar as experiências vivenciadas pelos homens, mergulhando no seu quotidiano conjugal com parceiras financeiramente autónomas. A análise centra-se na negociação prática de papéis e na distribuição de tarefas. A estabilidade financeira de um casal era até poucas décadas atrás, maritalmente dependente do rendimento masculino. Hoje, essa regra caiu por terra. Com a ascensão de mulheres que não apenas contribuem, mas muitas vezes superam o rendimento do parceiro, a fundação económica do casamento mudou

radicalmente. Se por um lado, essa realidade traz benefícios inegáveis- como a menor pressão para a família, por outro, ela desafia profundamente o esquema patriarcal arraigados na sociedade.

4.4.1 Transformação na distribuição de poder e responsabilidades

A dinâmica contemporânea é marcada por profundas transformações, transcendendo a mera união afetiva para englobar uma intrincada rede de responsabilidades financeiras, domésticas e decisórias. A forma como os casais negociam a distribuição de tarefas e definem os seus papéis é um espelho das suas crenças, valores e, notavelmente, da sua estrutura financeira. A luz das entrevistas realizadas emergem perspectivas contrastantes e complementares sobre como o rendimento e a estabilidade económica de cada conjuge influenciam (ou não) a divisão do trabalho e o poder de decisão. Neste contexto a forma como o casal lida com as finanças e com a divisão das tarefas domésticas esta intrincadamente ligada. A contribuição financeira de ambos os parceiros não apenas alivia a carga do sustento, como ilustra o Entrevistado Contabilista ao afirmar que a autonomia da mulher “melhora muito, eu até posso ter uma vida estável, mas nem tudo irei conseguir cobrir,” mas também serve como catalisador para uma reavaliação da distribuição de poder e responsabilidade dentro do casamento. A dinâmica moderna é caracterizada pela necessidade de o casal sentar e fazer um plano, dividindo tarefas e trocando ideias para chegar a decisões conjuntas, olhando para o que é “melhor para nós”.

“Sendo uma família, agente senta e faz um plano, nesses planos que nos fazemos agente divide as tarefas, vamos trocando ideia daquilo que podemos fazer, o que ela pensa, o que penso depois vamos olhar o que é melhor para nós, a decisão depois vira de ambos, (...) não importa o volume de ordenado de cada um de nos na divisão de Responsabilidades (...) tudo bem que eu depois irei analisar como homem e depois vão determinar”. (Entrevistado, H,50 anos, Auditório)

“A autonomia financeira da minha mulher melhora muito, eu até posso ter uma vida financeira estável, mas nem tudo irei conseguir cobrir, então ela tendo autonomia financeira, já consegue cobrir aquilo que eu não consigo, então isso automaticamente ajuda na família, (...) não nos apegamos no quanto ganha cada um de nos apenas fazemos (...) todos saímos a ganhar, é verdade que na qualidade de ser homem, tenho que

ser calmo e ponderar certas coisas resultante de conflitos de interesse”. (Entrevistado, I, 49 anos, Contabilista)

Para Ávila (1972) compreende a vida a dois de sexos opostos, unem-se com um objectivo comum, onde flui uma relação de subordinação. Na mesma senda de ideias, Kellner (1964), ao versar sobre relação conjugal, avança que é um processo de construção de uma realidade comum, onde o interveniente desta relação experimenta uma reconstrução de sua realidade específica e que forjam uma identidade conjugal única.

Desta feita, à luz destes autores, podemos concluir a existência de elementos comuns, pois para esta relação conjugal tem como propósito orquestrar a vida a dois, onde ambos os integrantes têm deveres, direitos e subordinação. Seguramente que no meio do agir comunicativo, fruto do casamento, há sempre valores e significados que estes accionam com vista a dar vazão à necessidade do casamento, fruto do seu quotidiano que pressupõe experiência.

Com as abordagens supracitadas, foi possível de igual forma afigurar uma ferramenta chave para concluirmos que, na vida conjugal, o homem e a mulher têm a prerrogativa de observar as suas obrigações e direitos com vista a garantir o funcionamento da máquina familiar. Este exercício contínuo agrega os participantes da pesquisa, accionando estratégias de vária ordem para responder com exaustão às necessidades do casamento consumado à luz da igualdade na resposta das necessidades que visam garantir o funcionamento da família no seu todo. Dentre estas, são mais sonantes a tolerância e o diálogo para dissipar os conflitos de interesse típicos de dois provedores no seio da família.

4.4.2 O Constrangimento e adaptação na gestão de dois provedores

A experiência de ter a mulher empoderada economicamente levou a um novo tratamento nas relações conjugais, forçando a uma redefinição de valores tradicionais da paternidade e de outras responsabilidades que antes eram reservadas exclusivamente à figura masculina na arena familiar (Amazonas et al., 2003). O homem enfrenta um dilema: ele reconhece e valoriza o alívio financeiro que a autonomia da mulher traz (como ilustra o contabilista: "melhora muito"), mas ao mesmo tempo lida com a sensação de perda de controlo ou de diminuição da sua importância

como figura central da provisão. Esta nova realidade exige o desenvolvimento de estratégias de gestão de conflito. Como descreve o entrevistado:

“Para as coisas andar em qualquer família é sempre bom saber tolerar, ponderar, caso contrario a família fica em causa, este exercício deve ser levado acabo pelo casal, não reserva apenas a mulher ou homem mas sim ambos, também é uma forma de ensinar aos nossos filhos o que significa ser casado ou seja como se orchestra uma relação saudável conjugal, é normal haver conflitos de interesses isto mostra que não pensamos da mesma forma, cada qual nalgum momento quer coisas do seu jeito”. (Entrevistado, H, 50 anos, Auditório).

“De principio eu em particular, por seguir a risca o que a sociedade reserva aos homens, não abria espaço para a minha esposa se justificar, mas fui reflectindo, procurar ver como as outras culturas fazem as coisas, e vi que o que faz um homem não é a força, mas sim tolerância, paciencia, isso faz crescer a família, ambos unidos fazemos a diferença e assim os nossos filhos também aprendem”. (Entrevistado, I, 32 anos Filósofo)

“A melhor coisa de todas, procurar entender o outro mesmo fora do contexto conjugal, pior quando o assunto tem uma marca casados ai não há como, para as coisas avançar tem que haver um equilibrio entre o casal para haver harmonia”. (Entrevistado, E, 32 anos Funcionário Publico)

O diálogo e a tolerância emergem como mecanismos-chave para dissipar os conflitos de interesse inerentes à existência de dois provedores no seio da família. A descrição do quotidiano conjugal, onde a negociação e o diálogo se tornam fundamentais, ecoa a conceição de Kellner (1964) da relação conjugal como um "processo de construção de uma realidade comum". Com a autonomia financeira feminina, esta realidade comum é forçosamente renegociada. Os casais são obrigados a "forjar uma identidade conjugal única", como propõe Kellner, que já não se baseia num provedor único, mas na gestão de "dois provedores no seio da família". Esta necessidade de "orquestrar a vida a dois", como referem Ávila (1972) e Kellner, sob novas bases, é o que leva os homens a valorizarem a "tolerância" e o "ponderar" como ferramentas essenciais para a sobrevivência do casamento.

Amazonas *et al.* (2003), na mesma senda com relação a experiência dos homens nas relações conjugais onde a mulher é empoderada economicamente, revela que engendrou novo tratamento com o ingresso da mulher na escala laboral e na redefinição de valores da paternidade e da guarda dos filhos entre outras responsabilidades que antes reservavam a figura do homem na arena familiar. Estes autores de salientar que na sua abordagem não versam sobre significados dos homens sobre as mulheres nas relações conjugais, onde a mulher mostra se empoderada economicamente, razão pelo qual existem limitações para responder a necessidade em causa, a prova viva é o testemunho trazido pelo trabalho de campo naquele local do crime, podemos constatar que os homens carregam consigo um constrangimento de forma subtil, vendo o seu papel tomado pelas mulheres por conta do poder de compra, para além de transparência e declaração de contas, flui de forma subtil o conformismo, a ponderação face a este desafio, que acolhe indivíduos que noutrora tinham domínio total da estrutura familiar.

4.5 Estratégias de construção de espaço de autonomia e decisão

Este subcapítulo responde ao objectivo de identificar as estratégias que os casais, e particularmente os homens, desenvolvem para gerir a autonomia feminina. A segregação de actividades por género revela-se a estratégia central, criando domínios de acção aparentemente autónomos. Baseando-se em depoimentos dos homens casados, observa-se que a delimitação de “afazeres” por género é vista pelos atores sociais como uma “maneira ideal”, para cada um que se sinta “importante” e “livre” na execução das suas tarefas e nas decisões a elas inerentes. Contudo, essa aparente autonomia é examinada criticamente a luz da persistente desigualdade de poder, conforme vimos na percepção de que o homem ainda retém uma “parte significativa” do poder de decisão em comparação com a esposa.

4.5.1 Segregação de actividades em função do género.

A segregação de actividades em função do género não se apresenta apenas como uma divisão de tarefas, mas como uma estratégia de preservação da autonomia e autoridade masculina perante o empoderamento económica das mulheres. Neste contexto a divisão do trabalho domestico e financeiro funciona como um mecanismo que garante ao casal, e especificamente ao homem, um sentido de participação e poder de decisão.

- Em função do género delega se os afazeres, onde o homem e a mulher sintam se autónomos na execução de actividades, veja se o seguinte depoimento:

“As estratégias que usamos, em função de indicação de afazeres o casal almeja autonomia tomada de decisão, está forma é a ideal maneira de cada um de nos como casal sinta se importante, livre e em função do lhe reserva toma decisão, não se pode passar de forma despercebida que como homem, tenho uma parte significativa comparativamente com minha esposa”. (Entrevistado, J, 34 anos, Linguista)

As relações conjugais baseadas em empoderamento económico das mulheres em Boane no Belo Horizonte, revela-se um espaço social onde os homens constroem estratégias de construção de espaço de autonomia e tomada de decisão para o funcionamento da máquina administrativa familiar. Na medida em que o que cada elemento integrante da família, lhe é reservado fazer, nutri lhes, prestígio e distinção no seio familiar, ou por outra é através desta segregação, que cada um em particular os homens, tem o motivo e a certeza da sua existência naquele espaço social, tomando em consideração que todos reúnem condições para suprir as necessidades da família, está estratégia, harmoniza e cria um ambiente favorável para existência destas figuras no seio da família.

Nesta etapa, quer homem quer mulher sabe o que fazer dentro de casa: O homem tem a obrigação de cuidar de manutenção de casa, pagar as propinas escolares dos filhos entre outras actividades que se julguem masculinas e as mulheres, cuidam das empregadas domesticas, racho e respectivamente, o seguinte depoimento é elucidativo:

“Nos sentamos e concluímos que eu na qualidade de ser homem tenho a responsabilidade de cuidar da manutenção de casa entre outras actividades que me dizem respeito como homem e ela na qualidade de mulher tem a responsabilidade de cuidar das empregadas domesticas, racho entre outras coisas do domínio feminino, no meio disso cada um fica patrono do que faz, ai tem sua liberdade e toma suas decisões, está é a melhor estratégia que encontramos como casal, claro no fim prestamos contas um de outro, eu como homem tenho aquela parte mais complexa típico do homem”. (Entrevistado, K, 32 anos, Matemático)

Segundo o trabalho de campo, foi possível aferir a existência de uma consciência colectiva e unanimidade sobre as estratégias de construção de espaço de autonomia no grupo em causa. A

abordagem de Sorj (2007) traz consigo subsídios relevantes para sustentar o posicionamento dos homens em causa face a esta realidade social, na medida em que, para este autor, a cultura dominante que advoga o homem como provedor da família, a conjuntura socioeconómica vigente desafia o homem sobremaneira no envolvimento da mulher no mercado de trabalho. Justifica a segregação de funções em função de género, onde a mulher tem uma carga leve nesta responsabilização e o homem reservando-lhe a parte mais acrescida, com a ideia de que este, como figura masculina, deve exercer funções com carga que vai ao encontro da história de construção social do papel de homem e mulher.

Já na visão de Schlickmenn e Pizane (2013), a mulher, actualmente, distancia-se das actividades domésticas e participa activamente na população economicamente activa, o que a privilegia na participação na renda familiar. O que significa que a segregação de funções nas modalidades em alusão abre espaço para os homens recuperarem resquícios de dominação masculina, não necessariamente nos moldes primitivos, mas sim com nova roupagem, onde as mulheres têm a prerrogativa de suprir determinadas necessidades com o recurso do seu ordenado mensal.

A abordagem de Berger & Luckmann (2004) sustenta a estratégia adoptada pelo grupo em causa no provimento e aquisição de meios que garantem o funcionamento da família de forma padronizada e hierárquica, onde a mulher tem a obrigação de observar e responder às necessidades no âmbito micro, e aos homens reserva-se a aquisição de bens na dimensão mais elevada, ou seja, na dimensão macro, para a mesma utilidade e finalidade. Este processo tem como base a forma como a construção social da realidade se configura nos homens em função do contexto social onde estes formaram o seu ego. O nosso entendimento, em função desta realidade, é de que este grupo-alvo aproveitou-se das fragilidades que as mulheres carregam sobre o significado do salário do marido. Nestes moldes, foi muito fácil acomodar a sua pretensão sem nenhuma discussão, dado que nos leva a validar o posicionamento de Capurchande (2009) ao aferir que o empoderamento feminino em Moçambique é uma realidade, mas ainda não é efectiva.

A meu ver, apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho e do discurso de empoderamento, as estruturas tradicionais de poder e dominação masculina adaptam-se, e não desaparecem. A divisão de trabalho dentro da família ainda segue um modelo hierárquico sustentado pela construção social da realidade, onde os homens mantêm a prerrogativa do

controlo macro e beneficiam-se da ambivalência da mulher em relação ao seu próprio poder de compra. A efectividade do empoderamento feminino em Moçambique é, portanto, questionada e matizada pela persistência dessas dinâmicas.

4.6 Significados do empoderamento económico feminino no quotidiano conjugal

Este subcapítulo responde ao objectivo de analisar o significado que os homens atribuem a este fenómeno. Os discursos revelam uma tensão latente, reflectindo o conflito entre a cultura patriarcal e a realidade socioeconómica, e cristalizam-se na dualidade "ameaça vs. ajuda". A pesquisa revelou que os homens não constroem um significado homogéneo para o empoderamento das suas parceiras. Em vez disso, os seus discursos manifestam uma tensão latente.

4.6.1 Ameaça ao prestígio masculino e ao tradicionalismo

Este é o significado dominante enraizado na cultura patriarcal e no “tradicionalismo africano” (Entrevistado F), onde o homem é historicamente único provedor. O empoderamento económico da mulher é visto como uma “ameaça” que gera medo no homem (Entrevistado I). A sua natureza, vista como “bíblica e natural” de se sentir “poderoso em relação a mulher” é posta em xeque.

“Não podemos perder as nossas raízes mas devemos aprender que o mundo actual existe muitas situações dessas Honestamente falando diria que a mulher empoderada, não é uma ameaça, o homem claramente vai se sentir ameaçado com o empoderamento da mulher, porque é algo natural, é a natureza do homem, é Bíblico e natural, que o homem se sinta poderoso em relação a mulher, então quando ele sente esse poder ameaçado em algum momento o medo aparece, digo isso, porque é frequente hoje em dia, (...) assumo como uma espécie de ajuda”. (Entrevistado, I, 49 anos, Advogado)

Há um receio profundo do julgamento social e do estigma de ser “sustentado pela mulher” (Entrevistado F). O poder económico feminino desafia a categoria de pensamento masculino profundamente incorporada (*habitus*, segundo Bourdieu) que associa a dignidade masculina a provisão financeira.

“Claramente que influencia, somos africanos e a maioria de nós ainda preservamos muito o tradicionalismo, em que por exemplo a mulher não pode ir trabalhar, o homem é que tem que carregar a família nas costas, então isso influencia sim, porque existe sim locais, onde quando a mulher tem esse poder financeiro em algum momento tem essacapacidade de trazer aquilo que o homem devia trazer; o homem é olhado de uma forma negativa e nenhum homem gostaria de sair a rua ou a comunidade e ser apontado como quem diz ele é sustentado pela mulher, enfim ajuda de certa forma”. (Entrevistado F 43 anos, Funcionário Público)

O emponderamento feminino é um motor de mudanças sociais, mas essa mudança gera uma reacção de defesa por parte do grupo dominante (os homens), que vêem seu prestígio, poder e identidade ameaçados, o que está profundamente enraizado em seu *habitus* e nas normas sociais.

4.6.2 O discurso da ajuda como mecanismo de mediação simbólica

No intervalo gerado pelo conflito de papéis, emerge uma reinterpretação do empoderamento feminino sob a semântica da ajuda”. Este conceito é meramente descritivo que permite ao homem conciliar a inevitabilidade das transformações económicas com a preservação da sua dignidade masculina. A mediação simbólica da ajuda atua como amortecedor social: ela autoriza a aceitação da nova realidade (o aporte financeiro da mulher) sem que o homem precise admitir abertamente a erosão da sua autoridade tradicional ou a perda de poder no espaço doméstico. O Entrevistado F, embora preserve o tradicionalismo, reconhece que a ajuda da mulher “de certa forma” existe. O Entrevistado I admite que “o mundo actual existe muitas situações dessas”, o que aponta para uma aceitação pragmática da realidade socioeconómica vigente.

“Honestamente falando, diria que a mulher empoderada não é uma ameaça; o homem claramente vai se sentir ameaçado... Assumo como uma espécie de ajuda”. (Entrevistado I, 49 anos, Advogado).

“São coisas da nossa cultura. Aqui no sul de Moçambique, algumas sociedades da região nortenha de Moçambique, o homem até fixa a sua residência no espaço atribuído pela família da mulher, o campo de cultivo da mulher tem mais peso do que do homem. Enfim a renda da minha mulher ou de outras mulheres não pode colocar em causa a sua

existência no seio familiar, ela esta para apoiar ao seu marido e mais nada, juntos crescem”. (Entrevistado W, 37 anos Jornalista)

“O salário da mulher no seio familiar mostra-se positivo na medida em que, esta para suprir uma e outra necessidade pontual de casa, o dinheiro nunca foi suficiente, mas com mais uma pessoa com renda vejo uma vantagem nisso”. (Entrevistado X, 38 anos, Promotor de Eventos)

A dualidade de significados "ameaça à tradição" versus "construção de ajuda" é o cerne da análise. Esta "tensão latente" reflecte, mais uma vez, o conflito entre uma realidade objectiva nova (a necessidade económica do duplo rendimento) e uma realidade subjectiva antiga (o *habitus* patriarcal). A interpretação como "ajuda", tal como postulam Berger & Luckmann (2004), é uma "estratégia discursiva" crucial para a "preservação da dignidade masculina". É uma forma de os homens ressignificarem socialmente uma mudança que, de outra forma, seria demasiado ameaçadora para a sua identidade. Este processo de "renegociação inconsciente das categorias de pensamento masculino" demonstra que, como Jodelet (1989) defenderia, os significados que estes homens "transportam consigo" são justificados pelo seu contexto "social, material e ideativo". A religião, tal como analisado através de Freitas (1997), actua como um pilar deste contexto, sendo um dos "responsáveis pela manutenção e reprodução destes valores" que entram em conflito com a mudança. A conclusão do seu trabalho aponta, portanto, para um futuro onde os papéis de género estão em acelerada "redefinição social", um processo que é, na sua essência, uma reconstrução da realidade conjugal.

Esta simbiose de significado demonstra que a percepção masculina não é um fenómeno natural, mas um produto de construção social. O significado da “ajuda” surge como uma estratégia discursiva para conciliar a inevitabilidade da mudança com a preservação da dignidade masculina. O empoderamento económico feminino força, assim, uma renegociação inconsciente das categorias de pensamento masculino, apontando para um futuro onde os papéis de género na conjugalidade estão em acelerado processo de transformação e redefinição social.

Considerações Finais

Na presente pesquisa, discutimos as percepções sociais dos homens nas relações conjugais sobre as mulheres empoderadas economicamente, tendo como local de estudo o Bairro Belo horizonte, no Distrito de Boane. O objectivo geral foi de compreender as percepções sociais que estes homens constroem sobre o empoderamento feminino no seio do lar. Neste estudo chegamos a estas conclusões:

No que diz respeito aos significados que os homens carregam consigo com relação ao empoderamento económico feminino nas relações conjugais, revelou-se que estes constroem de forma heterogénea o significado, podendo-se captar, no fundo de túnel, a associação das forças para dar vazão as necessidades da demanda actual. Por outro lado, mostram a relação hostil existente entre a cultura patriarcal e a realidade sócio económica actual.

Outra conclusão que extraímos, relativamente ao empoderamento económico das mulheres do Belo Horizonte, é que, apesar da autonomia financeira que elas ostentam, os homens accionam estratégias de forma escamoteada e subtil com o intuito de arbitrar e monitorar a renda das suas parceiras. Tal comportamento visa garantir a manutenção da titularidade masculina enquanto provedor, mesmo quando a realidade pratica já não sustenta esse papel de exclusividade.

Neste sentido, é imperativo notar que o empoderamento económico feminino, embora liberte a mulher da dependência financeira directa, despoleta uma crise na masculinidade tradicional. Observa-se que o homem, ao sentir a sua posição de “chefe” ameaçada, transita de um domínio explícito para uma forma de violência simbólica. Esta manifesta-se no controlo psicológico dos gastos e na resistência em renegociar os papéis domésticos, provando que a evolução financeira das mulheres caminha a um ritmo superior a mudança nas mentalidades patriarcais. Existe, portanto, uma modernidade económica que coabita com uma estrutura social conservadora, forçando a mulher a negociar a sua autonomia diariamente no espaço privado.

Dos resultados obtidos permitiram-me concluir que, embora o país tenha uma história de emancipação ligada a Luta de Libertação Nacional, observa-se que o emponderamento actual no Bairro Belo Horizonte transcende o discurso político, manifestando-se na autonomia financeira. Contudo, o estudo revela que o “tratamento igual de direitos” não é um processo pacífico, ele funciona como um catalisador que expõe a fragilidade da masculinidade tradicional. Por fim a influência da sociedade civil e movimentos feministas é visível na nova postura das mulheres,

mas o estudo alerta que a “modernidade económica” ainda coabita com uma estrutura social conservadora, exigindo que a mulher negocie a sua autonomia diariamente no espaço privado.

Por último, consideramos que com a presente pesquisa não esgotou as perspectivas de análise sobre este fenómeno, afigurando-se como o estudo exploratório que nos propusemos realizar. Contudo, assumindo que foram apresentados dados de suma relevância, para uma compreensão inaugural desta realidade social, fica a expectativa que este trabalho inspire investigações futuras, abrindo caminho para captar as nuances que sustentam as relações conjugais em Moçambique face ao empoderamento feminino.

Bibliografia

Afonso, A. E. Mulher e desenvolvimento: A mulher na realização do direito ao desenvolvimento. Em A. Bazima, Eu mulher Moçambique (pp. 19-37). CNUM, 1994.

Alves, J. E. D., & Corrêa, S. Demografia e ideologia: trajetórias e desafios dos direitos reprodutivos. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), 2009.

Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, M. S., & Silva, R. R. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. Psicologia em Estudo, 8(spe), 11-19. (Trata da redefinição dos valores da paternidade), 2003.

Andrade, C., & Sobreira, R. Igualdade de gênero no exercício da profissão de relações públicas: Estudo exploratório com estudantes de comunicação organizacional. Comunicação e Ciências Empresariais, SL, 2003.

Andrade, S. R. Para além do “teto de vidro”: O trabalho feminino e as representações do ideal de mulher executiva. PPHPBC/Cpdoc/FGV, 2006.

Aparício, I. C. S., Melo, K. S., Silva, E. P., & Assis, J. S. Mas afinal, o que é empoderamento feminino? Revista Impact Hub, (2. ed.), 2018.

Ávila, F. B. Dicionário de Sociologia. Vozes. (Referência clássica sobre obrigações e relações conjugais), 1972.

Baquero, R. V. A. Empoderamento: Instrumento de emancipação social uma discussão conceitual. Revista Debates, 6 (1), 173-187, 2012.

Bergamini, C. W. Liderança: Administração do sentido (2. ed.). Atlas, 2009.

Bona, C. Liderança e empoderamento feminino: Por que falar deste assunto? Artigos, 2016.

Bruschini, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, 37 (132), 537-572. (Nota: Embora tenha citado 2008, esta é a obra principal da autora sobre o tema nesse período), 2007.

Capurchande, R. Percepções sociais relacionadas com a participação política de homens e mulheres nos órgãos de decisão. Em N. Teles & E. J. Brás (Orgs.), *Gênero e direitos humanos em Moçambique*. Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

Casimiro, I. Paz na terra, guerra em casa: Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Promédia, 2004.

Casimiro, I. Algumas experiências de mulheres em actividades geradoras de rendimentos: Estudos de caso em 4 distritos de Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, (26), 7-36, 2014.

Casimiro, I., & Souto, A. Empoderamento econômico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local. CEA, UEM, Kapicua e Livros e Multimédia Lda, 2011.

Chipenembe, M. J. Dinâmicas de gênero no mercado de trabalho doméstico na cidade de Maputo. Em N. Teles & E. J. Brás (Orgs.), *Gênero e direitos humanos em Moçambique*. Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

Freitas, A. B. Traços brasileiros para uma análise organizacional. Atlas, 1997.

Horochovski, R. R., & Meirelles, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In *Anais de comunicações científicas, II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, Participação e Democracia* (pp. 485-506). UFSC, 2007.

Kleba, M. E., & Wendausen, A. Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Revista Scielo Saúde Pública*, 2009.

Lakatos & Marconi: A referência correta é: Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. *Metodologia do Trabalho Científico*. Atlas, 2001.

Loforte, A. M. Gênero e poder: entre os Tsonga de Moçambique. Promédia, 2000.

Loforte, A. M. Políticas e estratégias para a igualdade de gênero: Constrangimentos e ambiguidades. *Outras Vozes*, 2004.

Luckmann & Berger: A forma correta para APA 7 é: Berger, P. L., & Luckmann, T. A Construção Social da Realidade (24.^a ed.). Vozes, 2004.

Manssour, A. Empoderamento feminino, o que é? [Publicação local], 2015.

Martins, A. M. S. A reserva do espaço privado à mulher: um estudo sobre as relações de gênero. [Tese/Dissertação], 2010.

Minayo, M. C. S., & Sanches, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, 9 (3), 239-248, 1993.

Moreira, D. P., Vieira, L. J. E. S., Pordeus, A. M. J., Ferreira, R. C., & Maia, P. B. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. Saúde e Sociedade, 17 (3), 59-71. (Nota: Citado como Moreira e Colaboradores 2012, mas a publicação base é de 2008), 2008.

ONU (Organização das Nações Unidas). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2011. Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos. PNDU, 2011.

ONU (Organização das Nações Unidas). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas, 2015.

Osório, C., & Silva, T. (2008). Gênero e Democracia. WLSA Moçambique. (Trata da Política de Gênero e Estratégias de Implementação - PGEI).

Pinto, J. P. Ler e escrever sobre corpos: Metodologia feminista para letramento de jovens. Cadernos de Pesquisa, 41 (143), 538-558, 2011.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Gradiva, 1998.

Richardson, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. Atlas, 2008.

Rodrigues, L. S. A., Rocha, R. O., & Silva, M. S. Planejamento familiar: Percepções de mulheres heterossexuais sobre o papel do casal. Rev. Enferm. UFPE, 8 (2), 323-329, 2014.

Sarti, C. A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, (144), 461-485, 2011.

Sorj, B. Cuidado e trabalho: um debate sobre a divisão sexual do trabalho. (Texto apresentado em simpósio/seminário sobre trabalho feminino), 2007.

Taquete, S. R. O paradoxo da moral sexual na adolescência e as DST/Aids. Em S. R. Taquete (Org.), *Aids e juventude: Gênero, classe e raça*. EdUERJ, 2009.

Teles, N. A mulher no universo dos direitos humanos. Em N. Teles & E. J. Brás (Orgs.), *Gênero e direitos humanos em Moçambique*. Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

Tvedten, I., Paulo, M., & Montserrat, G. Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique. Chr. Michelsen Institute (CMI Report R 2008: 13), 2008.

Ulrich, C. B. A atuação e a participação das mulheres na reforma protestante do Século XVI. *Estudos de Religião*, 30 (2), 71-94, 2016.

Valoura, L. C. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. [S.n.], 2006.

Zimba, B. Mulher moçambicana na luta de libertação nacional: Memórias do destaque feminino. CPHLLN, 2012.

Apêndice

Guião de Entrevista

I. Perfil sócio demográfico

1. Idade:
2. Sexo:
3. Naturalidade:
4. Residência actual:
5. Cidade:
6. Bairro:
7. Nível académico:
8. Profissão:

II. Percepções sociais que os homens têm sobre as mulheres empoderadas economicamente nas relações conjugais.

1. Como é que olhas as conquistas económicas das mulheres com o poder de compra nas relações conjugais?
2. Como homem, se sente ameaçado ou inspirado pela independência económica de sua parceira? Porque?
3. O poder de compra da sua esposa coloca em causa o título de provedor que a sociedade o atribui?
4. Como homem, quais os benefícios em ter uma parceira financeiramente independente?
5. Como é que percebe o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar onde a sua parceira é financeiramente emponderada?
6. Já acompanhou relatos que sustentam que, mulheres com poder de compra no seio de casamento são autoritárias, que tratamento oferece a este tipo de relatos?

III. Experiências no casamento, onde a mulher tem autonomia financeira.

1. Como a autonomia económica da mulher afecta a tomada de decisões financeiras no casamento?

2. Como a dinâmica de género se manifesta nas decisões sobre investimentos e despesas em família?
3. Como a autonomia financeira da mulher melhora a vida da família?
4. Existem conflitos relacionados a gastos e prioridades financeiras quando a mulher exerce o poder de compra?
5. De que forma o papel da mulher como compradora influencia as expectativas e responsabilidades do parceiro?

IV. Estratégias de construção de espaços de autonomia e participação na tomada de decisão dentro da relação conjugal, onde a mulher tem autonomia financeira.

1. Quais são as estratégias que o casal utiliza para garantir que ambas as partes tenham voz nas decisões financeiras?
2. De que forma a comunicação aberta e honesta sobre questões financeiras é promovida no relacionamento?
3. Quais papéis cada parceiro desempenham na elaboração do orçamento familiar, e como isso reflecte a participação de ambos nas decisões?
4. Que valor tem o envolvimento da sua esposa na aquisição de bens e serviços na sua família?

V. Significado que os homens atribuem o empoderamento económico feminino nas relações conjugais.

1. De que maneira as ideias tradicionais sobre o que homens e mulheres devem fazer influenciam o que os homens pensam sobre o sucesso financeiro da mulheres no casamento?
2. Existe uma correlação entre a segurança/ insegurança masculina e o empoderamento económico da sua parceira? Como essa insegurança se manifesta?
3. Os homens percebem o empoderamento económico das mulheres como uma ameaça a sua própria identidade ou posição no relacionamento? Se sim, como lidas com essa percepção?

CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES

Seguem abaixo as etapas propostas para a realização do trabalho desde a concepção a submissão do projecto até à defesa pública da Monografia Científica.

Etapas / Atividade	Jul 2025	Ago 2025	Set 2025	Out 2025	Nov 2025	Dez 2025	Jan 2026	Fev 2026
1. Levantamento Bibliográfico Contínuo	X	X	X	X	X	X		
2. Elaboração do Projeto de Pesquisa			X	X				
3. Submissão do Projeto					X			
4. Aprovação do Projeto						X		
5. Colecta (Recolha) de Dados						X		
6. Análise dos Dados							X	X
7. Redação dos Capítulos							X	X
8. Apresentação da Versão Preliminar								X
9. Correção, Adequação e Formatação Final								X

Fonte: autora

ORÇAMENTO

Recursos Materiais	Quantidade	Custo Unitário	Custo Total
Internet e Digitação	15	60.00	900.00
Impressão	100	5.00	500.00
Fotocópias	200	2.00	400.00
Flash 4GB	1	499.00	499.00
Esferográfica	2	5.00	10.00
Papel A4	1	120.00	120.00
Encadernação	6	25.00	150.00
Telefone (crédito)	2	600.00	1,200.00
Alimentação	24	100.00	2,400.00
Transporte	24	36.00	864.00
TOTAL (Meticais MZN)			7,043.00

Fonte: autora

Anexos